

**Oi S.A. e  
sociedades controladas**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão prevêem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT”), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefone fixo é efetuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), inicialmente, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado desde então e revogado pelo Decreto Lei nº 35/2014 de 7 de março, o qual entrou em vigor em 1 de junho de 2014. Em virtude desta revogação em 9 de maio de 2014, o ICP-ANACOM emitiu à PT Comunicações a autorização para prestação do serviço de telefonia fixa (Declaração ICP-ANACOM Nº 03/2014). A PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes

residenciais e a pequenas e médias empresas e serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Os serviços de telefonia móvel são prestados pela Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("Meo, S.A."), através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 por um período inicial de 15 anos e renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos. Em dezembro de 2011, a MEO, S.A. adquiriu a licença móvel de quarta geração ("licença 4G"), através da qual presta serviços desde 2012 usando a tecnologia "*Long Term Evolution*" ("LTE"), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de velocidade de banda larga. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias "*Mobile Telecommunications Limited*" ("MTC"), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST"). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação direta de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola. Conforme decisão do Conselho de Administração, estas companhias foram colocadas à venda e classificadas no balanço consolidado como ativos mantidos para venda (Nota 26).

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 12 de novembro de 2014, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de novembro de 2014.

### **União das atividades da Oi S.A. e PT**

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom SGPS S.A. ("PT"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSP75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") haviam celebrado memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regulariam as negociações para uma potencial operação envolvendo a PT, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), que reuniria os acionistas da Oi, da PT e da Telemar Participações S.A. ("TelPart") e combinaria as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela PT em Portugal, na África e na Ásia, com o objetivo de consolidar a aliança industrial entre Oi e PT ("Operação").

Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em 1 de outubro de 2013, a Companhia e a PT celebraram os instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da Operação ("Contratos Definitivos"). Nestes Contratos Definitivos, ficou estabelecido que a TelPart seria a companhia que reuniria os acionistas da Oi e da PT, tendo-se previsto, ainda, as diversas etapas da Operação, sendo as principais:

(a) Aumento de capital da Oi, mediante oferta pública de ações da Oi, aprovado nas reuniões do Conselho da Administração realizadas em 28 de abril de 2014, 30 de abril de 2014 e de 5 de maio de 2014;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento, o que ocorreu em maio de 2014;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da TelPart no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart; e

(e) Incorporação das ações da Oi na TelPart, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da TelPart.

Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a Operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos.

Os Contratos Definitivos também previam inicialmente a incorporação da PT pela TelPart, em função da qual os acionistas da PT receberiam um número de ações da TelPart equivalente ao número de ações da TelPart detidas pela PT, imediatamente antes da incorporação.

Em virtude das negociações entre a Oi e a PT relativas às aplicações financeiras realizadas pela PT em títulos de emissão da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte"), conforme descrito em maior detalhe na Nota 26 de Outras informações, a incorporação da PT pela Corpco deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT.

Após a conclusão da operação, as ações da TelPart estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A TelPart irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade"), sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

## **Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal**

Em conformidade com os Contratos Definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs. Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela PT em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”), a qual detém a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da PT, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da PT na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

## **Aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal**

A aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis. Os ativos líquidos adquiridos na data da transação eram como segue:

Em milhões de reais

	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado (i)	Valor justo em 5 de maio de 2014
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.088		1.088
Aplicações financeiras	107		107
Contas a receber	2.371		2.371
Estoques	285		285
Tributos correntes a recuperar	266		266
Despesas antecipadas	214		214
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	4.089		4.089
Intangível	2.346	3.147	5.493
Imobilizado	10.432	608	11.040
Tributos diferidos a recuperar	556		556
Ativos relacionados a planos de pensão	6		6
Demais ativos (iii)	4.784		4.784
<b>Total dos ativos adquiridos</b>	<b>26.544</b>	<b>3.755</b>	<b>30.299</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos - Circulante	6.209		6.209
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	19.026		19.026
Fornecedores	1.795		1.795
Tributos correntes a recolher	229		229
Provisões	142		142
Provisões para planos de pensão	2.688		2.688
Tributos diferidos a recolher	258	1.012	1.270
Demais obrigações	1.756		1.756
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>32.103</b>	<b>1.012</b>	<b>33.115</b>
<b>Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>(5.559)</b>	<b>2.743</b>	<b>(2.816)</b>

- (i) A natureza dos ajustes a valor de mercado encontra-se discriminada em detalhe mais abaixo.
- (ii) Corresponde ao valor justo do investimento na Unitel, o qual foi valorizado ao valor justo apurado pelo Banco Santander na avaliação dos ativos operacionais da PT que serviu de base para a valorização do aumento de capital. Cumpre ressaltar que em 30 de setembro de 2014 este investimento se encontra classificado como ativo mantido para venda (Nota 26).
- (iii) Esta rubrica inclui um montante de R\$ 2.763 milhões (897 milhões de euros) correspondentes aos direitos compensatórios a receber conforme descrito abaixo nesta nota explicativa.

A natureza dos ajustes a valor de mercado efetuados no âmbito do processo de alocação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis são como segue:

Em milhões de reais

	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado	Valor justo
Lista de clientes do segmento residencial (i)	40	738	778
Lista de clientes do segmento mobilidade pessoal (i)	94	1.642	1.736
Lista de clientes do segmento corporativo (i)	37	665	701
Licenças móveis das operações em Portugal (ii)	1.037	103	1.140
<b>Ajustes a valor de mercado nos ativos intangíveis</b>	<b>1.208</b>	<b>3.147</b>	<b>4.355</b>
Imobilizado das operações em Portugal (iii)		608	
<b>Ajustes a valor de mercado antes dos efeitos tributários</b>		<b>3.755</b>	
Efeitos tributários		(1.012)	
<b>Total dos ajustes a valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários</b>		<b>2.743</b>	

- (i) O justo valor das listas de clientes foi determinado através da Abordagem de Receita e, mais concretamente, através do Método de Ganhos Excedentes. De acordo com a Abordagem de Receita, o valor justo é determinado com base em fluxos de caixa (descontados) que o ativo deverá gerar durante a sua vida útil residual. O Método de Ganhos Excedentes é uma variação da Abordagem de Receita que considera o uso de outros ativos na geração de fluxos de caixa projetados de um ativo específico a fim de se isolar o benefício económico gerado pelo ativo-objeto intangível. A contribuição desses ativos é estimada através do custo de capital dos diversos ativos contributivos. No cálculo do valor justo dos relacionados com clientes, além dos fluxos de caixa futuros, foram também consideradas estimativas de ARPU e taxas de desligamento de clientes. Estes ativos intangíveis serão amortizados durante o período estimado de retenção dos clientes, o qual varia entre 7 e 13 anos dependendo do segmento de cliente em causa.
- (ii) O valor justo das licenças das operações móveis em Portugal foi determinado com base na Abordagem de Mercado, tendo-se recorrido para o efeito à análise de vários leilões de espectro móvel comparáveis com os leilões a que a PT concorreu em termos de (a) largura de banda, (b) localização geográfica (Europa Ocidental) e (c) data de valorização. O valor justo foi calculado como o preço médio por MHz dos leilões selecionados. Estas licenças encontram-se amortizadas até ao termo das mesmas.
- (iii) O valor justo do imobilizado foi determinado com base numa Abordagem de Custo, tendo-se aplicado o Método do Custo de Substituição. O Custo Novo de Substituição/Reposição foi estimado recorrendo a índices de custo, por ano, os quais foram aplicados aos custos históricos dos bens do imobilizado. Posteriormente, foi estimada a deterioração, obsolescência e outras formas de amortização que afetam os ativos, tendo-se para o efeito considerado estimativas da vida útil e valor residual das várias classes de ativos.

Abaixo apresentamos o valor total de aquisição, assim como a determinação do ágio na aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal:

	Em milhões de reais
Instrumentos de capital	5.710
Valor justo da participação detida anteriormente pela Companhia na P T	571
Participação dos acionistas não controladores	1.478
Menos: Valor justo dos ativos adquiridos e passivos	(2.816)
<b>Ágio apurado em 5 de maio de 2014</b>	<b>10.575</b>

Nas combinações de negócios, é usual existir uma parcela do custo de aquisição que não é possível atribuir em termos contábeis ao valor justo de ativos adquiridos e de passivos assumidos, sendo portanto reconhecida como Ágio (“goodwill”). No caso da aquisição da PT Portugal, o “goodwill” está relacionado com diversos elementos, os quais não podem ser individualmente quantificados de forma confiável e isolados uns dos outros, incluindo força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado estabelecida.

A variação no valor do ágio em relação ao saldo em 30 de setembro de 2014 é decorrente das variações cambiais apuradas desde a data da aquisição até à data do balanço, as quais foram reconhecidas diretamente como outros resultados abrangentes.

A Companhia ainda se encontra no período de mensuração dos ativos e passivos identificáveis mencionados anteriormente, os quais foram apurados e alocados com base nas informações disponíveis à época e poderão ser revistos no prazo de um ano deste a data de aquisição em função de novas informações que a Administração venha a obter. Em 30 de setembro de 2014, a

Companhia revisou o reconhecimento e a mensuração dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição em 5 de maio de 2014. Através da consideração de informações adicionais relevantes decorrentes da não liquidação dos títulos por parte da Rio Forte Investments, S.A., conforme descrito em maior detalhe na Nota 26 de Outras informações, e com base nas regras de exceções no reconhecimento e na mensuração de uma combinação de negócios (item 27 do CPC 15 - IFRS 3), a Companhia reconheceu na mesma data a baixa da totalidade dos referidos títulos no valor de R\$ 2.763 milhões e o registro na rubrica Demais ativos de um direito compensatório a receber do acionista subscritor, mensurado nas mesmas bases dos títulos da Rio Forte. A Administração, embasada na opinião dos seus assessores legais, avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perda em 30 de setembro de 2014.

### **Riscos relacionados à participação detida na Unitel**

Como resultado do aumento de capital da Oi, no contexto da operação que resultou na combinação de negócios entre a Companhia e a PT (“Operação”), a Companhia passou a deter a totalidade das ações da PT Portugal, por conta da contribuição dessas ações pela PT ao capital da Companhia.

A PT Portugal possui participação indireta de 18,75% na Unitel S.A. (“Unitel”), uma empresa prestadora de serviços de telecomunicações móveis em Angola, por meio de sua subsidiária Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), na qual detém uma participação de 75% do capital social. A PT Ventures, uma subsidiária integral da Africatel, detém por sua vez uma participação de 25% na Unitel.

Os riscos descritos abaixo estão associados à participação da Companhia na Unitel.

***O montante pelo qual a Companhia registrou contabilmente o investimento indireto na Unitel representa a maior parcela do preço de compra da PT Portugal. Qualquer impacto adverso que resulte no “impairment” deste investimento terá um efeito material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.***

O Laudo de Avaliação indicou que o valor justo da PT Portugal foi de R\$ 27.339 milhões, o qual deduzido da dívida e outras obrigações da PT Portugal, no montante de R\$ 21.629, resulta num valor justo de R\$ 5.710 milhões.

A Companhia registrou contabilmente o valor justo do investimento indireto de 18,75% na Unitel por aproximadamente R\$ 3 bilhões, que representa a maioria da parcela do valor das ações subscritas pela PT no aumento de capital da Companhia, determinado de acordo com o Laudo de Avaliação. Subsequentemente, o valor contábil do investimento indireto da Companhia na Unitel será mensurado a valor justo e submetido a teste de “impairment”, quando acontecimentos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor do seu investimento indireto na Unitel poderá ser inferior. Qualquer perda no investimento indireto na Unitel poderá acarretar um efeito material e adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia não pode assegurar quando a PT Ventures obterá os montantes relativos aos dividendos declarados e não pagos pela Unitel, ou que será capaz de obter dividendos que podem ser declarados pela Unitel em relação a 2013 ou nos exercícios fiscais seguintes.***

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebe pagamentos da Unitel em relação aos valores devidos a ela pela Unitel no que diz respeito a dividendos declarados pela Unitel para os exercícios de 2012, 2011 e 2010. A Unitel declarou dividendos em montantes totais de US\$ 190,0 milhões (R\$ 467 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2012,



US\$ 190,0 milhões (R\$ 467 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2011 e US\$ 157,5 milhões (R\$ 387 milhões em 30 de setembro de 2014) com relação ao exercício fiscal de 2010. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu US\$ 93,8 milhões (R\$ 231 milhões em 30 de setembro de 2014) do total dos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito ao exercício fiscal de 2010, e não recebeu qualquer valor com relação aos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito aos exercícios fiscais de 2011 e 2012.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está listada no registro de acionistas da Unitel e que o Conselho de Administração da Unitel notificou a PT sobre a existência de uma irregularidade, o que segundo alega a Unitel resultou na sua incapacidade de distribuir dividendos à PT Ventures até a resolução desta irregularidade. A Unitel afirmou que não haverá pagamento de dividendos até a resolução dessas questões. Em junho de 2014, a PT Ventures (nova denominação da sociedade Portugal Telecom International) sanou a alegada irregularidade junto do Instituto do Investimento Estrangeiro, mediante averbamento no Certificado de Investimento Estrangeiro de sua nova denominação, tendo a nossa controlada PT Ventures nos informado ter sido a única entidade que deteve ações da Unitel, desde a data do seu investimento original em dezembro de 2000. Além disso, a nossa controlada PT Ventures nos informou que sua participação indireta na Unitel está registrada nos livros da Unitel como detida pela PT Ventures e que a PT Ventures recebia o pagamento de dividendos no curso normal, ainda que estivesse com a denominação irregular em tais registros, desde a mudança de seu nome em dezembro de 2002.

A PT Ventures exigiu uma explicação da Unitel em várias ocasiões sobre sua incapacidade de pagar à PT Ventures sua parcela de dividendos declarados. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu qualquer dos dividendos a ela devidos pela Unitel em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não pode assegurar o momento do pagamento desses dividendos ou que será capaz de receber dividendos que podem ser declarados pela Unitel nos exercícios fiscais seguintes, podendo o não recebimento desses dividendos ter um efeito material adverso no valor justo da Unitel.

***Outros acionistas da Unitel alegaram que a venda pela PT de participação minoritária da Africatel fere o acordo de acionistas da Unitel.***

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido. O acordo de acionistas da Unitel prevê, ainda, que qualquer disputa ou controvérsia sobre os termos do acordo de acionistas devem ser decididas por arbitragem, em Paris, sob as regras da Câmara de Comercio Internacional.

Os demais acionistas da Unitel têm afirmado à PT Ventures que eles acreditam que a venda pela PT de uma participação minoritária na Africatel em 2007 constitui uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A Administração da Oi, baseada em avaliação de seus advogados externos, contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Companhia não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à venda de uma participação minoritária na Africatel pela PT. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e caso uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais

acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras com relação ao investimento indireto em Unitel. A venda da participação da PT Ventures da Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter um impacto adverso sobre condição financeira e resultados das operações da Companhia.

***Outros acionistas da Unitel alegaram que, como resultado da incapacidade da PT de oferecer a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da transferência da PT Portugal para a Oi, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor líquido dos seus ativos.***

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações de emissão da Unitel, com exceção de transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou ao mercado que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da PT na Unitel. Adicionalmente, a PT informou à Companhia que recebeu correspondência através da qual os demais acionistas afirmaram que a contribuição de ativos pela PT, inclusive da participação indireta da PT Portugal na Unitel, no âmbito da Oferta, desencadearia esses direitos. A administração da Companhia e da nossa controlada PT Ventures, baseada em avaliação de seus advogados externos, contestam esta interpretação com relação ao acordo de acionistas da Unitel e acreditam que as disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel aplicam-se apenas a uma transferência direta de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Caso os outros acionistas da Unitel questionem que esta falha de oferecer a participação indireta da PT na Unitel para os demais acionistas resultaria em uma violação do acordo de acionistas da Unitel em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender a sua participação indireta na Unitel por seu valor patrimonial líquido, o que é significativamente menor do que a Companhia registrou nas suas demonstrações financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Companhia, não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à contribuição da participação indireta da PT na Unitel no contexto do aumento de capital da Companhia.

***Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do conselho de administração da Unitel.***

De acordo com o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o diretor-presidente da Unitel. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas Assembleias de Acionistas da Unitel, e, como resultado, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel foi reduzida a um único membro do Conselho desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006. Mesmo em caso de alteração do único membro do Conselho restante indicado pela PT Ventures, não está claro

para a PT Ventures que os demais acionistas da Unitel irão indicá-lo conforme prevê o acordo de acionistas da Unitel.

***Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada sem aprovação da PT Ventures***

Pelo acordo de acionistas da Unitel, a Unitel não está autorizada a celebrar quaisquer acordos com seus acionistas ou qualquer de suas afiliadas, a menos que aprovado por deliberação de seu Conselho de Administração, adotado por, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures de aprovar a nomeação dos seus dois membros adicionais no Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures é impedida de efetivamente exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e 6 de outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings BV de €178,9 milhões (R\$ 577 milhões) e US\$ 35,0 milhões (R\$ 82 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings BV, uma entidade que concorre com a PT Portugal em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, e é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, uma acionista indireta da Unitel, e de acordo com as informações públicas divulgadas pela ZON Optimus, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, SA (que detém a maioria do capital social votante e total da ZON Optimus), um dos principais concorrentes da PT Portugal. A nossa controlada PT Ventures informou que seu representante no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas transações executadas pela Unitel e que a PT Ventures se absteve quando as demonstrações financeiras consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia de acionistas da Unitel.

Segundo informações da PT Ventures, a Unitel fez empréstimos adicionais com partes relacionadas durante o exercício de 2013. A falha por Unitel International Holdings BV para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Unitel.

Adicionalmente, a nossa controlada informou-nos que a Unitel tem registrado um pagamento de uma taxa de administração de US\$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas informações financeiras não auditadas, preparadas nos princípios contábeis de Angola.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de indicar com sucesso membros adicionais para o Conselho de Administração da Unitel e, portanto, impedir a Unitel de tomar ações que requerem a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Unitel nomeados pela PT Ventures, e por consequência, impedir a aprovação de transações com partes relacionadas com os demais acionistas que acreditam ser prejudiciais para a situação financeira e para os resultados das operações da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um impacto material adverso sobre o valor do investimento na Unitel, e na posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

***A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.***

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis na Angola expirou em abril de 2012. A Companhia pode não ser capaz de fornecer todas as garantias sobre os termos em que o Instituto Nacional de Telecomunicações (*Instituto Angolano das Comunicações*) concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

***O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, ela deverá utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no plano de negócios da PT Portugal após a conclusão da Operação Societária. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito material adverso sobre a alavancagem consolidada combinada após a combinação de negócios da Companhia.***

A PT Portugal detém indiretamente, através da Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”), subsidiária indireta da Oi e, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel 75% do capital social da Africatel e a Samba Luxco S.à.r.l (“Samba Luxco”), uma afiliada da Helios Investors LP, detém os 25% restantes da Africatel. A Africatel detém a participação da PT Portugal em empresas de telecomunicações na África sub-sahariana, incluindo sua participação na Unitel, Cabo Verde Telecom, SA em Cabo Verde, MTC - Telecomunicações Limited na Namíbia, e CST Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outros. A Africatel GmbH e Samba Luxco são partes do acordo de acionistas pelo qual a PT Portugal detém a propriedade e gestão de controle da Africatel (“Acordo de acionistas da Africatel”).

Em 16 de setembro de 2014, a Africatel GmbH e a PT receberam uma carta da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações (“Put”) por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Companhia em integralização do aumento de capital realizado no contexto da Operação.

Em resposta, em 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que não teria ocorrido qualquer ato ou fato que, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, desse lugar ao exercício da Put e informou que a Africatel GmbH pretendia disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, o que, de acordo com o acordo de acionistas da Africatel, poderia levar ao início de uma arbitragem para a resolução futura de tal matéria. Na mesma data, a Oi divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da Put e, adicionalmente, que o Conselho de Administração da Oi teria decidido autorizar a administração da Oi a tomar as medidas necessárias para a alienação das participações da Oi na Africatel.

A Africatel GmbH e a Samba Luxco já realizaram inteirações nas quais a Samba Luxco indicou a sua disposição para explorar alternativas para conseguir liquidez em relação ao seu investimento na Africatel. Caso a Companhia seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel após a Operação, voluntariamente ou como resultado do exercício do direito de venda pela Samba Luxco, com base no acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos financeiros da Companhia. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida da Companhia, haverá um efeito material adverso sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

### **Incorporação da TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) na Oi Móvel**

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Companhia no Brasil.

A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **(a) Base de elaboração**

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2014 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2014 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013, não existindo diferenças significativas nas práticas contábeis seguidas pela PT Portugal com relação às adotadas pela Companhia.

A Companhia, com o objetivo de aprimorar as divulgações das Informações Financeiras, realizou as seguintes alterações em suas demonstrações financeiras: (i) apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgados; (ii) apresentação dos segmentos de negócios por meio de dois segmentos operacionais, Telecomunicações no Brasil e Telecomunicações em Portugal; (iii) apresentação em uma única nota dos resultados por natureza; e (iv) apresentação das despesas com participação de empregados e administradores na rubrica de despesas com pessoal. De modo a assegurar a comparabilidade com o ano corrente foram efetuadas apresentações e reclassificações dos valores correspondentes de 2013.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil e em Portugal e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

## **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa e operações de “*hedge*” de investimento líquido.

## **Empresas do grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- As diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como “*hedge*” desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e
- Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 30 de setembro de 2014, os balanços de empresas subsidiárias expressas em Euros foram convertidos com base na taxa de câmbio de balanço de 3,095, e as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa dessas mesmas empresas subsidiárias foram convertidos com base na taxa de câmbio média de 3,025.

## **(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas

forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, por esta ser a moeda funcional da Oi e de uma parte significativa das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para Reais utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço para conversão dos ativos e passivos, as taxas de câmbio médias do período para a conversão das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa e as taxas de câmbio históricas para a conversão das rubricas de capital próprio.

### 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

#### 3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	668.415	668.415	2.805.497	2.805.497
Aplicações financeiras	Valor justo	90.616	90.616	450.926	450.926
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.788.168	1.788.168	9.238.320	9.238.320
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.726.563	1.726.563	2.450.809	2.450.809
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	326.632	326.632		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.076.623	3.076.623		
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.438.326	1.438.326	6.339.312	6.339.312
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	14.929.192	14.867.281	30.794.796	30.549.787
Debêntures	Custo amortizado	8.524.450	8.548.406	7.679.299	7.679.299
Obrigações	Custo amortizado			15.051.539	16.479.375
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	408.073	408.073	529.413	529.413
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	182.032	182.032	185.680	185.680
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	29.974	29.974	1.327.090	1.327.090
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	978.249	978.249	1.541.600	1.541.600
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	429.735	429.735	429.735	429.735



	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	418.699	418.699	2.118.646	2.118.646
Aplicações financeiras	Valor justo	47.995	47.995	591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.844.012	1.844.012	7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.356.071	1.356.071	2.073.179	2.073.179
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	673.508	673.508		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	228.269	228.269		
Outros valores a receber	Custo amortizado	1.775.691	1.775.691	1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (iv)	Valor justo			914.216	914.216
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.659.794	1.659.794	4.732.174	4.732.174
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.418.258	13.043.219	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	10.393.168	10.396.157	9.374.685	9.303.058
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	403.056	403.056	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	220.168	220.168	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	569.901	569.901	1.120.304	1.120.304
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	418.069	418.069	418.069	418.069

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia subscrito pela PT em ativos da PT Portugal, do montante registrado em 30 de abril de 2014, R\$ 570.990 foram reclassificados ao valor

do investimento da PT Portugal e R\$ 263.028 foram reclassificados para ações em tesouraria, pois na sequência do aumento de capital da Companhia, a PT manteve apenas investimento na Oi.

### **3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

#### **(a) Instrumentos financeiros derivativos**

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014.

#### **(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo**

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

#### **(c) Hierarquia do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>					
Equivalentes de caixa	Nível 2	668.415	418.699	2.805.497	2.118.646
Aplicações financeiras	Nível 2	90.616	47.995	450.926	591.639
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.726.563	1.356.071	2.450.809	2.073.179
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1				914.216
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	408.073	403.056	529.413	566.651

### 3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

### **3.4. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

#### **3.4.1. Risco de mercado**

##### **(a) Risco de taxa de câmbio**

##### **Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos à prazo em Euros.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 29,53% (31/12/2013 – 13,25%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

## Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos na controlada PT Portugal e suas subsidiárias. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras, contudo, a Companhia contratou NDFs - "*Non Deliverable Forward*" para proteção parcial de dívidas em Euros de suas controladas no exterior.

## Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 60,7% (31/12/2013 – 41,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 55,9% (31/12/2013 – 99,6%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	34.157	34.157	37.297	37.297
Aplicações financeiras			869	869
Instrumentos financeiros derivativos	1.723.049	1.723.049	1.349.991	1.349.991
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	7.280.368	7.280.368	6.753.088	6.753.088
Instrumentos financeiros derivativos	286.698	286.698	231.166	231.166

	CONSOLIDADO			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	1.038.262	1.038.262	369.292	369.292
Aplicações financeiras	85.400	85.400	30.334	30.334
Ativo financeiro disponível para venda			914.216	914.216
Instrumentos financeiros derivativos	2.362.211	2.362.211	1.954.915	1.954.915
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	32.403.365	32.403.365	14.566.437	14.566.437
Instrumentos financeiros derivativos	397.965	397.965	369.464	369.464

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	4,5 - 7,3	723.299	435.184
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré	6,0	472.857	420.215
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR/R\$	< 1 ano	41.705	

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,8 - 7,7	1.244.800	865.664
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré	6,0	472.858	420.215
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR/R\$	< 1 ano	41.705	

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	190.503	130.675
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	7.987	132.751

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,1 - 1,3	18.437	21.649
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	1,3	(29.058)	(31.969)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	207.518	177.140
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	7.987	132.752

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

#### Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

#### **Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”**

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Ganho (perda) com “swap” cambial	559.109	66.727	799.631	53.811
Operações de termo em moedas	222.796	(124.508)	241.614	(160.216)
<b>Total</b>	<b>781.905</b>	<b>(57.781)</b>	<b>1.041.245</b>	<b>(106.405)</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Ganho (perda) com “swap” cambial	60.782	164.263	56.415	341.528
Operações de termo em moedas	(319.870)	271.925	(396.888)	226.273
<b>Total</b>	<b>(259.088)</b>	<b>436.188</b>	<b>(340.473)</b>	<b>567.801</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>57.474</b>	<b>57.474</b>
Resultado dos “hedges” designados	96.782	111.420
Transferência da porção inefetiva ao resultado	10.924	10.244
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	6.092	6.728
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(38.692)	(43.654)
“Hedge” reflexo de controlada	9.632	
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>142.212</b>	<b>142.212</b>

#### (a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de setembro de 2014. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2014	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,45100	0%
Euro	3,09540	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	3,06375	25%
Euro	3,86925	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,67650	50%
Euro	4,64310	50%

Em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
30/09/2014				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.090.719	6.363.399	7.636.079
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(8.754.391)	(10.942.989)	(13.131.587)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(34.157)	(42.696)	(51.236)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.429.198	3.036.498	3.643.797
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.249.622)	(6.562.028)	(7.874.433)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(6.518.253)</b>	<b>(8.147.816)</b>	<b>(9.777.380)</b>



<b>CONSOLIDADO</b>				
<b>30/09/2014</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.030.438	15.038.048	18.045.657
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(11.959.304)	(14.949.130)	(17.938.956)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(293.559)	(366.949)	(440.339)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	20.739.394	25.924.243	31.109.091
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.249.622)	(6.562.028)	(7.874.433)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(907.981)	(1.134.976)	(1.361.972)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>14.359.366</b>	<b>17.949.208</b>	<b>21.539.048</b>

**(b) Risco de taxa de juros**

**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

**Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América e EURIBOR, no caso da dívida expressa em Euros.

Em 30 de setembro de 2014, aproximadamente 43,6% (31/12/2013 – 63,2%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 51,9% (31/12/2013 – 76,0%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	634.258	634.258	381.402	381.402
Aplicações financeiras	90.616	90.616	47.126	47.126
Créditos com partes relacionadas	3.076.623	3.076.623	228.269	228.269
Instrumentos financeiros derivativos	3.514	3.514	6.080	6.080
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	12.251.380	12.251.380	13.070.601	13.070.601
Instrumentos financeiros derivativos	121.375	121.375	171.890	171.890

	CONSOLIDADO			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.856.909	2.856.909	1.749.354	1.749.354
Aplicações financeiras	365.526	365.526	561.305	561.305
Instrumentos financeiros derivativos	88.598	88.598	118.264	118.264
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	19.465.049	19.465.049	19.115.168	19.115.168
Instrumentos financeiros derivativos	131.448	131.448	197.187	197.187

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" Pré/DI	6,0	(32.848)	(53.625)

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" Pré/DI	6,0	(32.848)	(53.625)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,8	(1.254)	(4.066)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" US LIBOR/US\$ Pré	7,3	(85.013)	(112.185)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/09/2014	31/12/2013
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,3 - 7,3	(93.761)	(133.417)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	7,3	85.013	112.185

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

#### Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 30 de setembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6)

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(23.636)	25.170	(45.646)	93.646
<b>Total</b>	<b>(23.636)</b>	<b>25.170</b>	<b>(45.646)</b>	<b>93.646</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(65.082)	(28.330)	(20.528)	63.431
<b>Total</b>	<b>(65.082)</b>	<b>(28.330)</b>	<b>(20.528)</b>	<b>63.431</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(56.624)</b>	<b>(56.624)</b>
Resultado dos “hedges” designados	21.503	23.132
Transferência da porção inefetiva ao resultado	92	92
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	3.368	2.358
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(8.487)	(8.697)
“Hedge” reflexo de controlada	409	
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>(39.739)</b>	<b>(39.739)</b>

### (b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD EURIBOR e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, EURIBOR e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde janeiro de 2013, a TJLP se mantém estável em 5,0% a.a.

30/09/2014														
Cenários de taxas de juros														
Cenário provável					Cenário possível					Cenário remoto				
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M
10,81	5,00	0,33040	0,08300	0,18300	13,51	6,25	0,41300	0,10375	0,22875	16,22	7,50	0,49560	0,12450	0,27450

Em 30 de setembro de 2014, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, EURIBOR e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

<b>CONTROLADORA</b>				
<b>30/09/2014</b>				
<b>Operação</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.497.301	3.015.957	3.530.705
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.325.640	4.102.447	4.870.380
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	268.622	299.794	319.447
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	22.542	23.453	24.362
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(924.513)	(945.943)	(967.374)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>5.189.592</b>	<b>6.495.708</b>	<b>7.777.520</b>

<b>CONSOLIDADO</b>				
<b>30/09/2014</b>				
<b>Operação</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.450.556	4.139.257	4.821.911
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	4.024.563	4.943.602	5.851.975
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.494.279	1.678.196	1.823.735
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	143.127	148.526	153.926
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(93.427)	(97.321)	(101.214)
Dívidas em EURIBOR	Alta da EURIBOR	19.121	19.497	19.873
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>9.038.219</b>	<b>10.831.757</b>	<b>12.570.206</b>

### 3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de setembro de 2014, aproximadamente 96,2% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

### 3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui três linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em março de 2011, novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 30 de setembro de 2014</b>					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	1.303.905	7.240.314	5.778.650	3.443.501	17.766.370
Debêntures (i)	1.007.884	4.874.495	4.201.247	1.614.772	11.698.398
Fornecedores (ii)	234.024				234.024
Autorizações e concessões (iii)	29.974				29.974

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 30 de setembro de 2014</b>					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	7.253.387	20.718.208	9.361.833	17.628.318	54.961.746
Debêntures (i)	1.007.884	4.890.036	4.247.598	1.631.619	11.777.137
Fornecedores (ii)	1.659.971				1.659.971
Autorizações e concessões (iii)	634.432	690.059	2.599		1.327.090

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

## Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i> .....	entre 2x e 4,0x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i> .....	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

### 3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “*Covenants*”.

#### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.411.008</b>	<b>3.472.929</b>	<b>13.316.262</b>	<b>11.346.229</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(1.803.197)</b>	<b>(1.755.967)</b>	<b>(4.474.559)</b>	<b>(4.247.146)</b>
Tributos	(521.788)	(595.598)	(2.169.506)	(2.357.444)
Outras deduções	(1.281.409)	(1.160.369)	(2.305.053)	(1.889.702)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.607.811</b>	<b>1.716.962</b>	<b>8.841.703</b>	<b>7.099.083</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>10.305.227</b>	<b>10.309.615</b>	<b>37.245.555</b>	<b>33.808.216</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(5.403.427)</b>	<b>(5.151.229)</b>	<b>(13.178.107)</b>	<b>(12.594.902)</b>
Tributos	(1.618.515)	(1.803.659)	(6.710.882)	(7.183.796)
Outras deduções	(3.784.912)	(3.347.570)	(6.467.225)	(5.411.106)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.901.800</b>	<b>5.158.386</b>	<b>24.067.448</b>	<b>21.213.314</b>



## 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>1.607.811</b>	<b>1.716.962</b>	<b>8.841.703</b>	<b>7.099.083</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(278.616)	(370.040)	(796.806)	(906.837)
Pessoal	(163.415)	(154.250)	(970.917)	(676.175)
Serviços de terceiros	(355.043)	(400.591)	(2.038.262)	(1.560.279)
Serviço de manutenção da rede	(145.298)	(176.970)	(532.962)	(580.197)
Custo de aparelhos e outros			(259.141)	(95.576)
Publicidade e propaganda	(6.013)	(6.838)	(244.235)	(117.546)
Aluguéis e seguros	(101.501)	(109.230)	(824.126)	(566.225)
Provisões / Reversões	(62.114)	(85.169)	(135.645)	(201.983)
Provisão para devedores duvidosos	(26.847)	(56.215)	(156.762)	(201.231)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(84.896)	519.702	(507.393)	(228.912)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	499.636		627.997	173.000
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(724.107)</b>	<b>(839.601)</b>	<b>(5.838.252)</b>	<b>(4.961.961)</b>
Depreciação e amortização	(218.661)	(209.702)	(1.701.203)	(1.091.809)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(942.768)</b>	<b>(1.049.303)</b>	<b>(7.539.455)</b>	<b>(6.053.770)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>665.043</b>	<b>667.659</b>	<b>1.302.248</b>	<b>1.045.313</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	221.095	121.392	389.474	237.513
Despesas financeiras	(805.246)	(805.521)	(1.627.524)	(1.055.583)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(584.151)</b>	<b>(684.129)</b>	<b>(1.238.050)</b>	<b>(818.070)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>	<b>80.892</b>	<b>(16.470)</b>	<b>64.198</b>	<b>227.243</b>
Imposto de renda e contribuição social	(73.250)	188.738	(59.243)	(54.975)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			2.687	
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>7.642</b>	<b>172.268</b>	<b>7.642</b>	<b>172.268</b>
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(690.060)	(827.811)	(5.072.096)	(3.750.528)
Despesas com vendas	(309.244)	(357.737)	(1.580.386)	(1.365.218)
Despesas gerais e administrativas	(296.750)	(310.675)	(1.206.318)	(908.954)
Outras receitas operacionais	377.161	81.984	727.987	705.828
Outras despesas operacionais	83.043	(171.089)	(408.382)	(729.286)
Resultado de equivalência patrimonial	(106.918)	536.025	(260)	(5.612)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(942.768)</b>	<b>(1.049.303)</b>	<b>(7.539.455)</b>	<b>(6.053.770)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.901.800</b>	<b>5.158.386</b>	<b>24.067.448</b>	<b>21.213.314</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(868.074)	(1.179.731)	(2.346.958)	(3.061.013)
Pessoal	(542.552)	(499.811)	(2.536.309)	(1.885.175)
Serviços de terceiros	(1.133.816)	(1.084.284)	(5.371.507)	(4.591.358)
Serviço de manutenção da rede	(419.663)	(522.569)	(1.475.580)	(1.802.032)
Custo de aparelhos e outros			(577.725)	(380.267)
Publicidade e propaganda	(12.261)	(40.539)	(580.666)	(406.300)
Aluguéis e seguros	(392.991)	(359.521)	(2.436.533)	(1.587.138)
Provisões / Reversões	(200.345)	(205.036)	(492.455)	(518.891)
Provisão para devedores duvidosos	(70.782)	(141.901)	(550.747)	(806.236)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	617.787	953.087	(1.410.677)	(976.579)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	447.595	291.819	1.953.526	872.945
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(2.575.102)</b>	<b>(2.788.486)</b>	<b>(15.825.631)</b>	<b>(15.142.044)</b>
Depreciação e amortização	(636.036)	(619.518)	(4.263.382)	(3.195.170)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.211.138)</b>	<b>(3.408.004)</b>	<b>(20.089.013)</b>	<b>(18.337.214)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>1.690.662</b>	<b>1.750.382</b>	<b>3.978.435</b>	<b>2.876.100</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	643.770	361.722	1.067.685	879.762
Despesas financeiras	(2.606.311)	(2.139.143)	(4.740.594)	(3.329.440)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(1.962.541)</b>	<b>(1.777.421)</b>	<b>(3.672.909)</b>	<b>(2.449.678)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(271.879)</b>	<b>(27.039)</b>	<b>305.526</b>	<b>426.422</b>
Imposto de renda e contribuição social	286.175	337.392	(290.543)	(116.069)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			(687)	
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>14.296</b>	<b>310.353</b>	<b>14.296</b>	<b>310.353</b>
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.155.590)	(2.526.362)	(13.352.324)	(11.393.161)
Despesas com vendas	(940.179)	(987.839)	(4.552.469)	(4.301.004)
Despesas gerais e administrativas	(939.196)	(943.057)	(3.223.961)	(2.747.567)
Outras receitas operacionais	516.935	362.831	2.711.165	1.428.521
Outras despesas operacionais	(344.333)	(228.427)	(1.670.141)	(1.311.122)
Resultado de equivalência patrimonial	651.225	914.850	(1.283)	(12.881)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.211.138)</b>	<b>(3.408.004)</b>	<b>(20.089.013)</b>	<b>(18.337.214)</b>

(i) Inclui resultado de equivalência.

(ii) As receitas (despesas) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 incluem essencialmente o ganho, líquido de despesas de transação, no montante de R\$ 1,3 bilhão registrado no âmbito do acordo firmado em 3 de dezembro de 2013 pela Companhia com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma das suas subsidiárias que detém 2.007 torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel, R\$ 355 milhões decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários e reversão de R\$ 186 milhões da provisão referente à adesão ao REFIS. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, as receitas (despesas) incluem fundamentalmente um ganho de R\$ 201 milhões registrado na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas, reversões das provisões para a participação dos empregados nos lucros, no montante total de R\$ 330 milhões e venda de um imóvel no montante de R\$ 173 milhões.

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	99.122	66.790	196.861	148.491
Rendimentos de aplicações financeiras	56.248	26.802	109.104	76.929
Dividendos recebidos (i)			1.659	1.626
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	34.947	18.761		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	3.564	186	31.578	7.084
Outras receitas	27.214	8.853	50.272	3.383
<b>Total</b>	<b>221.095</b>	<b>121.392</b>	<b>389.474</b>	<b>237.513</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(209.929)	(189.471)	(730.561)	(375.661)
Juros sobre debêntures	(208.610)	(213.930)	(209.328)	(214.605)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(933.355)	(150.795)	(1.262.860)	(185.402)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	758.269	(32.611)	995.599	(12.759)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(56.552)	(60.680)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(650.177)</b>	<b>(647.487)</b>	<b>(1.207.150)</b>	<b>(788.427)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(70.123)	(69.696)	(196.825)	(158.693)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(47.958)	(18.000)	(149.998)	(46.578)
Atualização monetária de provisões	197	(39.714)	20.443	(101.563)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(19.023)	(10.643)	(29.120)	(23.942)
Outras despesas	(18.162)	(19.981)	(64.874)	63.620
<b>Sub-total:</b>	<b>(155.069)</b>	<b>(158.034)</b>	<b>(420.374)</b>	<b>(267.156)</b>
<b>Total</b>	<b>(805.246)</b>	<b>(805.521)</b>	<b>(1.627.524)</b>	<b>(1.055.583)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(584.151)</b>	<b>(684.129)</b>	<b>(1.238.050)</b>	<b>(818.070)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	283.288	237.316	578.968	492.180
Rendimentos de aplicações financeiras	157.958	58.341	324.611	213.584
Dividendos recebidos (i)			31.270	78.173
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	90.294	52.579		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	2.052	1.110	12.361	41.407
Outras receitas	110.178	12.376	120.475	54.418
<b>Total</b>	<b>643.770</b>	<b>361.722</b>	<b>1.067.685</b>	<b>879.762</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(555.579)	(544.880)	(1.814.384)	(1.119.508)
Juros sobre debêntures	(713.161)	(606.453)	(715.261)	(608.429)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(290.035)	(879.766)	(377.732)	(1.261.132)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(324.170)	407.858	(361.001)	631.232
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(197.169)	(198.944)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(2.080.114)</b>	<b>(1.822.185)</b>	<b>(3.268.378)</b>	<b>(2.357.837)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(207.867)	(120.949)	(600.578)	(399.854)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(91.173)	(52.903)	(328.105)	(125.864)
Atualização monetária de provisões	(112.100)	(58.021)	(183.348)	(228.656)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(46.469)	(28.672)	(81.457)	(58.882)
Outras despesas	(68.588)	(56.413)	(278.728)	(158.347)
<b>Sub-total:</b>	<b>(526.197)</b>	<b>(316.958)</b>	<b>(1.472.216)</b>	<b>(971.603)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.606.311)</b>	<b>(2.139.143)</b>	<b>(4.740.594)</b>	<b>(3.329.440)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.962.541)</b>	<b>(1.777.421)</b>	<b>(3.672.909)</b>	<b>(2.449.678)</b>

- (i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

No Brasil, os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Em Portugal, os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda à alíquota de 23%, acrescida de: (1) um imposto municipal de até um máximo de 1,5% sobre determinada matéria tributável, (2) um imposto estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros, de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros, e de 7,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de Euros, resultando numa alíquota máxima agregada de aproximadamente 31,5% para um lucro tributável que exceda os 35 milhões de Euros.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(6.337)	(3.320)	(55.696)	(35.301)
Tributos diferidos	(66.913)	192.058	(3.547)	(19.674)
<b>Total</b>	<b>(73.250)</b>	<b>188.738</b>	<b>(59.243)</b>	<b>(54.975)</b>

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Lucro antes das tributações</b>	80.892	(16.470)	64.199	227.243
<b>Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL</b>			43.181	(41.937)
<b>Total do resultado tributado</b>	<b>80.892</b>	<b>(16.470)</b>	<b>107.380</b>	<b>185.306</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(27.503)	5.600	(36.509)	(63.004)
Equivalência patrimonial	(36.353)	182.249	(88)	(1.909)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	6	18	(8.702)	11.337
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(9.400)	871	33.257	(5.806)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				25.361
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(27.507)	(20.954)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(19.694)	
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(73.250)</b>	<b>188.738</b>	<b>(59.243)</b>	<b>(54.975)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(7.514)	(8.778)	(418.894)	(353.514)
Tributos diferidos	293.689	346.170	128.351	237.445
<b>Total</b>	<b>286.175</b>	<b>337.392</b>	<b>(290.543)</b>	<b>(116.069)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Lucro antes das tributações</b>	(271.879)	(27.039)	305.526	426.422
<b>Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL</b>			19.366	(516)
<b>Total do resultado tributado</b>	<b>(271.879)</b>	<b>(27.039)</b>	<b>324.892</b>	<b>425.906</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	92.439	9.193	(110.463)	(144.808)
Equivalência patrimonial	221.416	311.049	(436)	(4.380)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	18	18	18.400	48.316
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(27.698)	17.132	(81.495)	16.292
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			446	25.626
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(79.971)	(57.115)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(37.024)	
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>286.175</b>	<b>337.392</b>	<b>(290.543)</b>	<b>(116.069)</b>

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação) e receita da redução de multa e juros do parcelamento referente a Lei 12.996/2014.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações em Portugal e África.

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia avaliará a possibilidade de antecipar dos efeitos decorrentes da referida lei até o prazo definido pela Receita Federal do Brasil, isto é, fevereiro de 2015. Adicionalmente, não foram apurados ajustes por conta da não adesão antecipada.

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e contas bancárias	75.941	23.317	548.456	306.184
Equivalentes de caixa	668.415	418.699	2.805.497	2.118.646
<b>Total</b>	<b>744.356</b>	<b>442.016</b>	<b>3.353.953</b>	<b>2.424.830</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos exclusivos	579.003	360.053	1.458.600	1.354.627
CDB – Certificado de Depósito Bancário	25.005	20.352	645.896	500.984
“Time Deposits”	28.983	32.887	632.920	225.944
Operações compromissadas	35.424	4.997	65.202	30.250
Outros		410	2.879	6.841
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>668.415</b>	<b>418.699</b>	<b>2.805.497</b>	<b>2.118.646</b>

**(b) Aplicações financeiras**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos exclusivos	72.586	31.113	234.855	492.510
Títulos privados	18.030	16.882	193.961	99.129
Títulos públicos			22.110	
<b>Total</b>	<b>90.616</b>	<b>47.995</b>	<b>450.926</b>	<b>591.639</b>
Circulante	72.586	31.113	256.965	492.510
Não circulante	18.030	16.882	193.961	99.129

**(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Operações compromissadas	451.496	210.540	1.092.558	772.862
CDB – Certificado de Depósito Bancário	121.678	145.595	273.759	445.981
“Time Deposits”	4.827	3.356	86.408	117.224
Outros	1.002	562	5.875	18.560
<b>Títulos classificados em equivalentes de caixa</b>	<b>579.003</b>	<b>360.053</b>	<b>1.458.600</b>	<b>1.354.627</b>
Títulos públicos	72.586	30.244	234.855	462.177
Outros		869		30.333
<b>Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>72.586</b>	<b>31.113</b>	<b>234.855</b>	<b>492.510</b>
<b>Total aplicado em fundos exclusivos</b>	<b>651.589</b>	<b>391.166</b>	<b>1.693.455</b>	<b>1.847.137</b>

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

## 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Serviços faturados	1.393.916	1.495.414	7.812.997	5.589.716
Serviços a faturar	597.769	599.264	1.663.430	1.467.865
Aparelhos e acessórios vendidos	56.480	43.546	943.341	693.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(259.997)	(294.212)	(1.181.448)	(654.042)
<b>Total</b>	<b>1.788.168</b>	<b>1.844.012</b>	<b>9.238.320</b>	<b>7.096.679</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
A faturar	597.769	599.264	1.663.430	1.467.865
A vencer	218.723	254.113	3.880.362	2.998.638
A receber de outros provedores	492.644	669.377	651.920	1.403.182
Vencidas até 60 dias	565.334	422.578	1.919.966	1.142.804
Vencidas de 61 a 90 dias	34.496	41.468	282.625	162.219
Vencidas de 91 a 120 dias	32.469	35.830	204.609	145.272
Vencidas de 121 a 150 dias	25.788	24.690	164.225	113.931
Vencidas de 151 a 180 dias	80.942	90.904	489.249	316.810
Vencidas há mais de 180 dias (i)			1.163.382	
<b>Total</b>	<b>2.048.165</b>	<b>2.138.224</b>	<b>10.419.768</b>	<b>7.750.721</b>

(i) Esta rubrica refere-se ao contas a receber das empresas subsidiárias da PT Portugal, incluindo essencialmente contas a receber de entidades governamentais e de operadores de telecomunicações.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(294.212)</b>	<b>(654.042)</b>
Aquisição de investimentos - PT Portugal		(652.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.782)	(550.747)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	104.997	607.185
Variação cambial		1.303
Ativos mantidos para venda		67.817
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>(259.997)</b>	<b>(1.181.448)</b>



# 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	13.995	17.736	610.544	411.782
CS a recuperar (i)	5.045	6.395	138.437	158.475
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	89.236	48.984	296.116	336.883
<b>Total circulante</b>	<b>108.276</b>	<b>73.115</b>	<b>1.045.097</b>	<b>907.140</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.212.139	1.311.330	1.212.139	1.311.330
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	436.370	472.079	436.370	472.079
IR sobre diferenças temporárias (iv)	855.738	1.216.978	1.936.858	2.739.904
CS sobre diferenças temporárias (iv)	303.635	387.278	737.443	848.677
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	1.352.389	603.760	2.674.865	1.859.941
CS sobre base negativa (iv)	437.154	213.608	956.031	747.316
Outros tributos diferidos (v)	32.258	113.571	131.492	295.185
<b>Total não circulante</b>	<b>4.629.683</b>	<b>4.318.604</b>	<b>8.085.198</b>	<b>8.274.432</b>

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	9.586	9.217	299.491	275.735
CS a pagar	58.338	58.207	139.760	156.582
<b>Total circulante</b>	<b>67.924</b>	<b>67.424</b>	<b>439.251</b>	<b>432.317</b>
<b>Tributos diferidos</b>				
IR diferido			1.402	
<b>Não circulante</b>			<b>1.402</b>	
<b>Adições temporárias por natureza:</b>			<b>1.402</b>	
Outras diferenças temporárias			1.402	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Adições (Exclusões) temporárias por natureza:</b>	<b>2.807.882</b>	<b>3.387.665</b>	<b>4.322.810</b>	<b>5.371.990</b>
Ajustes ao valor de mercado no âmbito da combinação de negócios com a PT			(1.467.188)	
Provisões	988.423	1.170.920	1.668.060	1.704.234
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	32.921	160.795	132.808	206.653
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	226.470	228.027	1.123.055	228.124
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	101.534	107.442	644.273	611.713
Participação nos lucros	15.950	24.459	36.851	63.031
Variações cambiais	156.810	155.202	371.669	493.488
Ágio incorporado (iii)	1.648.509	1.783.409	1.648.509	1.783.409
Ajuste no valor justo de ativos financeiros			399.136	238.974
Contabilidade de "hedge"	(44.260)	2.919	(52.789)	(438)
Outras adições e exclusões temporárias	(318.475)	(245.508)	(181.574)	42.802

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. No Brasil a Companhia e suas controladas localizadas no Brasil compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. Esta rubrica inclui também prejuízos fiscais apurados pela PT Portugal, os quais têm uma maturidade de 12 anos e podem ser compensados até ao limite de 70% do lucro fiscal apurado em cada exercício.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 291.650 (31/12/2013 - R\$ 223.503).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	5.119	736.960
2015	170.109	304.949
2016	337.939	806.418
2017	299.752	815.990
2018	458.478	950.117
De 2019 a 2021	1.677.519	2.941.013
De 2022 a 2023		(1.249)
2024 e exercícios seguintes		(249.001)
<b>Total</b>	<b>2.948.916</b>	<b>6.305.197</b>

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 31/12/2013	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2014
<b>Impostos diferidos Ativos / (Passivos)</b>						
Provisões	1.170.920	(182.497)				988.423
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	160.795	(127.874)				32.921
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.027	(20.265)		18.708		226.470
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	107.442	(5.908)				101.534
Participação nos lucros	24.459	(8.509)				15.950
Variações cambiais	155.202	1.608				156.810
Ágio incorporado	1.783.409	(134.900)				1.648.509
Contabilidade de "hedge"	2.919			(47.179)		(44.260)
Outras adições e exclusões temporárias	(245.508)	(68.173)		(4.794)		(318.475)
Prejuízos fiscais	603.760	651.594		97.035		1.352.389
Base negativa de CSSL	213.608	188.613		34.933		437.154
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	113.571		(93.257)		11.944	32.258
<b>Total</b>	<b>4.318.604</b>	<b>293.689</b>	<b>(93.257)</b>	<b>98.703</b>	<b>11.944</b>	<b>4.629.683</b>

	Saldo em 31/12/2013	Aquisição de investimento - PT Portugal	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Variações cambiais	Ativos mantidos para venda	Saldo em 30/09/2014
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>									
Combinação de negócios com a PT		(1.508.156)	47.406				(6.438)		(1.467.188)
Provisões	1.704.234	134.714	(170.631)	(1.003)			765	(19)	1.668.060
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	206.653		(73.845)						132.808
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.124	857.606	(179.070)		211.337		5.058		1.123.055
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	611.713	32.271	(13)				302		644.273
Participação nos lucros	63.031		(26.180)						36.851
Variações cambiais	493.488		(121.819)						371.669
Ágio incorporado	1.783.409		(134.900)						1.648.509
Ajuste no valor justo de ativos financeiros	238.974		160.162						399.136
Contabilidade de "hedge"	(438)				(52.351)				(52.789)
Outras adições e exclusões temporárias	42.802	25.334	(259.603)	14.420	(4.794)		267		(181.574)
Prejuízos fiscais	1.859.941	1.751	713.678	(1.719)	97.035		2.460	1.719	2.674.865
Base negativa de CSSL	747.316		173.782		34.933				956.031
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	295.185			(219.015)		55.322			131.492
<b>Total</b>	<b>8.274.432</b>	<b>(456.480)</b>	<b>128.967</b>	<b>(207.317)</b>	<b>286.160</b>	<b>55.322</b>	<b>2.414</b>	<b>1.700</b>	<b>8.085.198</b>
<b>Impostos diferidos passivos com relação a:</b>									
Dividendos não atribuídos		(201.270)	(468)		(233)		3.589	198.382	
Outras diferenças temporárias		(56.542)	(148)				(426)	55.714	(1.402)
<b>Total</b>		<b>(257.812)</b>	<b>(616)</b>		<b>(233)</b>		<b>3.163</b>	<b>254.096</b>	<b>(1.402)</b>

## 11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
ICMS a recuperar (i)	420.298	756.615	1.656.428	2.102.249
PIS e COFINS	17.472	43.865	185.612	197.036
Outros	14.752	14.586	108.088	65.958
<b>Total</b>	<b>452.522</b>	<b>815.066</b>	<b>1.950.128</b>	<b>2.365.243</b>
Circulante	247.074	569.079	1.174.055	1.474.408
Não circulante	205.448	245.987	776.073	890.835

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
ICMS	308.447	712.584	926.039	1.248.232
ICMS Convênio nº 69/1998	16.452	20.568	82.419	443.305
PIS e COFINS	322.370	832.106	582.924	1.141.601
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão	107.804	107.730	794.766	762.289
Outros	73.066	116.433	152.638	264.183
<b>Total</b>	<b>828.139</b>	<b>1.789.421</b>	<b>2.538.786</b>	<b>3.859.610</b>
Circulante	741.073	1.179.803	1.676.217	2.112.598
Não circulante	87.066	609.618	862.569	1.747.012

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

## 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Cíveis	6.874.843	6.556.381	8.834.530	8.355.816
Tributárias	620.059	584.377	2.450.698	2.277.236
Trabalhistas	1.124.897	998.855	1.948.568	1.734.136
<b>Total</b>	<b>8.619.799</b>	<b>8.139.613</b>	<b>13.233.796</b>	<b>12.367.188</b>
Circulante	880.395	1.070.693	1.085.920	1.316.252
Não circulante	7.739.404	7.068.920	12.147.876	11.050.936

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

### 13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Investimentos em controladas	18.185.191	19.411.927	23.103	
Negócios em conjunto			88.202	86.633
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.656
Ágio “Goodwill”	10.639.185	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	144.981	55.351
<b>Total</b>	<b>28.838.448</b>	<b>19.437.617</b>	<b>287.865</b>	<b>173.640</b>

Em maio de 2014, a Oi adquiriu 100% das ações da PT Portugal através do aumento de capital (Nota 22).

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>19.437.617</b>	<b>173.640</b>
Aquisição de investimentos pela PT Portugal		126.349
Equivalência patrimonial (i)	651.225	(1.283)
Aquisição de investimento – PT Portugal (Nota 1)	5.709.900	
Aumento de capital na PT Portugal (ii)	3.849.423	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes – PT Portugal	(560.306)	
Variação cambial sobre o investimento na PT Portugal	35.286	
Transferência para ações em tesouraria	(263.028)	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	30.800	
Dividendos	(32.453)	
Outros	(20.016)	(10.841)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>28.838.448</b>	<b>287.865</b>

- (i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções.
- (ii) Em maio de 2014, foi efetuado aporte de capital na PT Portugal no montante de € 1.250 milhões com o objetivo de pré-pagamento de dívidas a fim de reduzir o endividamento em Euros da Companhia.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/09/2014			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período				
Controladas			Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	18.766.676	570.291	154.032.213	189.400.783	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.693	6.692	799		100	100
Oi Holanda	57.211	(6.494)	100		100	100
Rio Alto	638.004	203.823	215.538.129		50	100
PT Portugal	(1.063.169)	(40.895)	50.000		100	100

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial				Valor do investimento	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em			
Controladas	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013
BrT CS		50.104		155.234		
BrT Venezuela			(603)			20.739
TMAR	(67.041)	373.435	570.291	651.880	18.766.676	18.999.604
Oi Serviços Financeiros	1.162	1.162	6.692	3.148	6.693	2.959
Oi Holanda	(42.625)	51.804	(6.613)	45.068	57.211	63.704
PT Portugal	(31.713)		(40.895)		(1.063.169)	
Rio Alto	26.463	5.108	109.381	5.108	319.002	239.115
Resultado não realizado com investidas	6.836	54.412	12.972	54.412	98.778	85.806
Total	(106.918)	536.025	651.225	914.850	18.185.191	19.411.927

### Informações financeiras resumidas

	30/09/2014		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	35.534.729	16.768.053	8.776.791
Oi Serviços Financeiros	58.628	51.935	
Oi Holanda	3.760.409	3.703.198	
Rio Alto	757.830	119.826	
PT Portugal (i)	28.696.978	28.280.970	3.539.355

(i) Estes dados correspondem a informação consolidada da PT Portugal, considerando os efeitos da alocação do preço de compra pela Companhia e o resultado que a Companhia registrou após a data do aumento de capital. Desta forma, considera a parcela relativa aos acionistas minoritários.

	31/12/2013		30/09/2013
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT CS			217.161
BrT Venezuela	26.649	5.910	
TMAR	36.968.904	17.969.300	9.636.049
Oi Serviços Financeiros	53.058	50.099	
Oi Holanda	3.653.460	3.589.756	
Rio Alto	530.882	52.651	

## 14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>834.104</b>	<b>5.195.236</b>	<b>16.492.574</b>	<b>4.173.512</b>	<b>959.329</b>	<b>2.022.561</b>	<b>29.677.316</b>
Adições	679.057		37.482			952	717.491
Baixas		(784)	(19.451)	(24.672)		(4.254)	(49.161)
Transferências	(856.091)	223.173	(36.117)	554.081	(20.385)	135.339	
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>657.070</b>	<b>5.417.625</b>	<b>16.474.488</b>	<b>4.702.921</b>	<b>938.944</b>	<b>2.154.598</b>	<b>30.345.646</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>		<b>(5.018.200)</b>	<b>(13.652.151)</b>	<b>(3.402.849)</b>	<b>(634.666)</b>	<b>(1.570.725)</b>	<b>(24.278.591)</b>
Despesas de depreciação		(26.410)	(282.808)	(220.623)	(16.606)	(38.959)	(585.406)
Baixas		784	18.899	22.298		4.212	46.193
Transferências		(187.466)	407.917	(220.822)	21.202	(20.831)	
<b>Saldo em 30/09/2014</b>		<b>(5.231.292)</b>	<b>(13.508.143)</b>	<b>(3.821.996)</b>	<b>(630.070)</b>	<b>(1.626.303)</b>	<b>(24.817.804)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>834.104</b>	<b>177.036</b>	<b>2.840.423</b>	<b>770.663</b>	<b>324.663</b>	<b>451.836</b>	<b>5.398.725</b>
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>657.070</b>	<b>186.333</b>	<b>2.966.345</b>	<b>880.925</b>	<b>308.874</b>	<b>528.295</b>	<b>5.527.842</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>4.569.682</b>	<b>18.433.046</b>	<b>40.786.730</b>	<b>26.560.833</b>	<b>2.901.761</b>	<b>5.107.575</b>	<b>98.359.627</b>
Aquisição de investimentos - PT Portugal	452.844	6.004.681	4.537.199	16.357.177	2.957.154	9.693.740	40.002.795
Adições	2.617.560	43.156	605.599	209.259	33.288	172.976	3.681.838
Baixas	(2.004)	(784)	(51.202)	(30.880)	(268)	(6.804)	(91.942)
Transferências	(3.304.021)	366.136	3.458.146	(836.236)	420.861	(219.639)	(114.753)
Variações cambiais	2.817	31.282	35.618	82.247	20.599	52.047	224.610
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda	(21.791)	(33.363)	(286.894)	(289.263)	(25.195)	(167.887)	(824.393)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>4.315.087</b>	<b>24.844.154</b>	<b>49.085.196</b>	<b>42.053.137</b>	<b>6.308.200</b>	<b>14.632.008</b>	<b>141.237.782</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>		<b>(16.205.637)</b>	<b>(30.382.012)</b>	<b>(21.106.757)</b>	<b>(1.974.138)</b>	<b>(3.904.797)</b>	<b>(73.573.341)</b>
Aquisição de investimentos - PT Portugal		(5.685.512)	(3.169.003)	(11.029.655)	(1.238.292)	(7.840.705)	(28.963.167)
Despesas de depreciação		(292.828)	(1.798.087)	(551.056)	(115.697)	(449.170)	(3.206.838)
Baixas		784	40.486	27.874	186	5.807	75.137
Transferências		(163.189)	(745.823)	875.490	455.501	(316.628)	105.351
Variações cambiais		(30.483)	(24.191)	(57.621)	(9.091)	(48.180)	(169.566)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda		21.922	181.302	117.475	6.893	86.420	414.012
<b>Saldo em 30/09/2014</b>		<b>(22.354.943)</b>	<b>(35.897.328)</b>	<b>(31.724.250)</b>	<b>(2.874.638)</b>	<b>(12.467.253)</b>	<b>(105.318.412)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>4.569.682</b>	<b>2.227.409</b>	<b>10.404.718</b>	<b>5.454.076</b>	<b>927.623</b>	<b>1.202.778</b>	<b>24.786.286</b>
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>4.315.087</b>	<b>2.489.211</b>	<b>13.187.868</b>	<b>10.328.887</b>	<b>3.433.562</b>	<b>2.164.755</b>	<b>35.919.370</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.851.614 (31/12/2013 – R\$ 2.825.719), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.122.129 (31/12/2013 - R\$ 7.685.240).

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.



## 15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>5.821</b>	<b>2.263.582</b>	<b>148.460</b>	<b>2.417.863</b>
Adições	60.820		28	60.848
Transferências	(49.424)	49.103	321	
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>17.217</b>	<b>2.312.685</b>	<b>148.809</b>	<b>2.478.711</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>		<b>(2.110.414)</b>	<b>(57.575)</b>	<b>(2.167.989)</b>
Despesas de amortização		(49.339)	(1.291)	(50.630)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>		<b>(2.159.753)</b>	<b>(58.866)</b>	<b>(2.218.619)</b>
<b>Intangível líquido</b>				
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>5.821</b>	<b>153.168</b>	<b>90.885</b>	<b>249.874</b>
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>17.217</b>	<b>152.932</b>	<b>89.943</b>	<b>260.092</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO						
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Carteira de clientes	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>615.473</b>	<b>184.387</b>	<b>6.657.925</b>	<b>4.041.011</b>		<b>931.964</b>	<b>12.430.760</b>
Aquisição de investimentos – PT Portugal (1)	10.574.704	52.819	575.983	1.656.050	3.215.523	3.091.687	19.166.766
Adições		435.310	193.768			179.083	808.161
Baixas			(125)			(2.569)	(2.694)
Transferências		(546.322)	446.985			94.653	(4.684)
Variações cambiais	52.863	(151)	13.767	8.314	16.075	3.539	94.407
Transferência para ativos mantidos não circulantes para venda		(19.990)	(105.983)	(13.851)		(664.955)	(804.779)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>11.243.040</b>	<b>106.053</b>	<b>7.782.320</b>	<b>5.691.524</b>	<b>3.231.598</b>	<b>3.633.402</b>	<b>31.687.937</b>
<b>Amortização acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(461.078)</b>		<b>(5.348.057)</b>	<b>(2.072.607)</b>		<b>(629.527)</b>	<b>(8.511.269)</b>
Aquisição de investimentos – PT Portugal (1)			(428.721)	(514.850)		(2.155.564)	(3.099.135)
Despesas de amortização			(405.197)	(257.057)	(119.156)	(275.134)	(1.056.544)
Baixas			476			7.871	8.347
Variações cambiais			(7.967)	(3.205)	(2.770)	(3.813)	(17.755)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda			46.297	12.675		457.603	516.575
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>(461.078)</b>		<b>(6.143.169)</b>	<b>(2.835.044)</b>	<b>(121.926)</b>	<b>(2.598.564)</b>	<b>(12.159.781)</b>
<b>Intangível líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>154.395</b>	<b>184.387</b>	<b>1.309.868</b>	<b>1.968.404</b>		<b>302.437</b>	<b>3.919.491</b>
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>10.781.962</b>	<b>106.053</b>	<b>1.639.151</b>	<b>2.856.480</b>	<b>3.109.672</b>	<b>1.034.838</b>	<b>19.528.156</b>
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		20%	

(1) Inclui a lista de clientes e licenças das operações móveis em Portugal no âmbito da combinação de negócios.

### Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “*impairment*”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“ <i>goodwill</i> ”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	73.173	107.803	5.502.574
Multimídia RII	184.943	7.321	192.264	720.447
<b>Total</b>	<b>331.456</b>	<b>154.395</b>	<b>485.851</b>	<b>7.603.659</b>

As adições no ágio ocorridas em 2014 referem-se ao ágio gerado na combinação de negócios da PT, conforme demonstrado na Nota 1.

As informações referentes ao item de Aquisição de investimentos – PT Portugal referem-se à consolidação a partir de 5 de maio de 2014 dos ativos intangíveis da PT Portugal e das suas subsidiárias, refletindo essencialmente o ágio apurado na aquisição da PT Portugal e o valor justo das licenças das operações móveis em Portugal e das carteiras de clientes dos segmentos residencial, pessoal e corporativo, reconhecido no âmbito da alocação do preço de compra referente à combinação de negócios com a PT, conforme descrito na Nota 1.

## 16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção de planta	188.113	318.014	1.490.760	1.806.553
Serviços	806.421	855.811	3.713.603	2.057.117
Aluguel de postes e direito de passagem	372.655	419.850	576.474	608.006
Outros	71.137	66.119	558.475	260.498
<b>Total</b>	<b>1.438.326</b>	<b>1.659.794</b>	<b>6.339.312</b>	<b>4.732.174</b>

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**  
*(Inclui debêntures e títulos conversíveis e não conversíveis)*

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Empréstimos e Financiamentos	11.045.624	9.213.758	44.643.855	26.179.605
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos e financiamentos	483.470	272.937	1.582.950	789.383
Debêntures	7.957.679	9.854.649	7.126.770	8.880.740
Juros provisionados sobre debêntures	599.332	578.075	585.091	533.500
Empréstimos (mútuo com controladas)	3.654.562	4.155.757		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuo com controladas)	18.236	48.077		
Arrendamento mercantil			135.118	
Custo de transação incorrido	(305.261)	(311.827)	(548.150)	(529.602)
<b>Total</b>	<b>23.453.642</b>	<b>23.811.426</b>	<b>53.525.634</b>	<b>35.853.626</b>
Circulante	618.967	2.288.654	5.066.818	4.158.708
Não circulante	22.834.675	21.522.772	48.458.816	31.694.918

## Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
BNDDES	1.007.147	859.803	6.002.263	5.915.781		
Moeda nacional	1.007.147	859.803	6.002.263	5.915.781	set/2014 à jul/2021	10,66
Debêntures públicas	7.665.580	9.370.060	7.711.861	9.414.240	set/2014 à jul/2021	10,57
Debêntures privadas	891.431	1.062.664			set/2014 à mai/2022	12,53
Instituições financeiras	10.521.946	8.626.892	37.081.160	21.053.207		
Moeda nacional	3.002.030	1.626.257	7.541.363	6.104.897		
CCB	1.310.127		4.601.574	3.192.051	set/2014 à jan/2028	11,72
“Senior Notes”	1.105.257	1.136.599	1.105.257	1.136.599	set/2014 à set/2016	11,91
CRI	466.227	460.732	1.446.785	1.428.511	set/2014 à ago/2022	7,92
Outros	120.419	28.926	387.747	347.736	set/2014 à dez/2033	11,99
Moeda estrangeira	7.519.916	7.000.635	29.539.797	14.948.310		
Linhas de crédito de ECA	225.983		3.440.012	4.354.639	set/2014 à mai/2022	7,44
“Senior Notes”	7.293.933	7.000.548	10.999.794	10.593.584	set/2014 à fev/2022	11,70
Títulos não conversíveis			15.099.991		jul/2016 à jun/2025	
Outros		87		87		
Financiamentos do Grupo PT Portugal			3.278.500			
Banco Europeu Investimento			1.620.936		dez/2014 à set/2021	
“Export Credit Facility”			204.829		nov/2014 à mai/2023	
Papel comercial			1.235.831		out/2014 à nov/2014	
Arrendamento mercantil			135.118			
Outros financiamentos			81.786			
Mútuo com controladas	3.672.799	4.203.834			set/2014 à fev/2022	12,53
<b>Subtotal</b>	<b>23.758.903</b>	<b>24.123.253</b>	<b>54.073.784</b>	<b>36.383.228</b>		
Custo de transação incorrido	(305.261)	(311.827)	(548.150)	(529.602)		
<b>Total</b>	<b>23.453.642</b>	<b>23.811.426</b>	<b>53.525.634</b>	<b>35.853.626</b>		

Sigla:

ECA - “Export Credit Agency” (Agência de crédito à exportação)

CCB – Cédula de Crédito Bancário

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

### Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Instituições financeiras	272.035	271.535	462.310	484.494
Moeda nacional	32.485	23.989	95.843	102.621
Moeda estrangeira	239.550	247.546	366.467	381.873
BNDES – Moeda nacional	664	736	4.826	5.552
Debêntures públicas	32.562	39.556	32.562	39.556
Títulos não conversíveis em ações			48.452	
<b>Total</b>	<b>305.261</b>	<b>311.827</b>	<b>548.150</b>	<b>529.602</b>
Circulante	63.700	52.583	107.801	97.055
Não circulante	241.561	259.244	440.349	432.547

### Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Reais	16.173.274	17.058.338	21.122.255	21.287.189
Dólar Norte-Americano	4.865.757	4.345.261	11.678.558	12.158.610
Euro	2.414.611	2.407.827	20.724.821	2.407.827
<b>Total</b>	<b>23.453.642</b>	<b>23.811.426</b>	<b>53.525.634</b>	<b>35.853.626</b>

### Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Taxa pré-fixada	8.404.580	8.117.419	30.073.236	13.078.474
CDI	11.268.758	12.440.372	9.879.152	10.233.218
TJLP	777.645	630.229	5.266.444	5.138.940
Libor	204.978		2.706.295	3.743.010
IPCA	2.677.263	2.600.117	3.671.712	3.576.429
EURIBOR			1.748.309	
INPC	120.418	23.289	180.486	83.555
<b>Total</b>	<b>23.453.642</b>	<b>23.811.426</b>	<b>53.525.634</b>	<b>35.853.626</b>

### Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2014	
2015	1.691.823	2.299.430
2016	2.115.918	7.863.780
2017	4.769.574	9.606.924
2018	1.042.892	6.164.889
2019 e exercícios seguintes	13.456.029	22.964.142
<b>Total</b>	<b>23.076.236</b>	<b>48.899.165</b>

### Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2014	
2015	15.892	27.112
2016	53.385	92.139
2017	49.832	79.089
2018	43.387	85.396
2019 e exercícios seguintes	79.065	156.613
<b>Total</b>	<b>241.561</b>	<b>440.349</b>

## Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

### Financiamento em moeda nacional

#### Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 836 milhões (sendo R\$ 209,7 milhões para a Oi, R\$ 408,4 milhões para a TMAR e R\$ 217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do período conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 114 milhões na controladora e R\$ 1.106 milhões no consolidado.

#### Linhas de crédito rotativo

Em agosto de 2014, foram desembolsados R\$ 1.300 milhões, através de Cédula de Crédito Bancário (CCB), de uma operação de linha de crédito rotativo, assinado pela Oi junto ao Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander em dezembro de 2012, no valor total de R\$ 1,5 bilhões.

### Financiamentos em moeda estrangeira

#### Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em junho de 2014, foram amortizados US\$ 382,5 milhões (R\$ 855,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*China Development Bank*” em junho de 2011.

Em maio de 2014, foram amortizados US\$ 30,3 milhões (R\$ 67,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a “*Cisco System Capital*” em março de 2011.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$ 98,1 milhões (R\$ 222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$ 92,5 milhões (R\$ 209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst*”) em março de 2013, no valor total de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

## Empréstimos

Em setembro de 2014, a PT Portugal amortizou € 12,5 milhões de um contrato de financiamento do Banco Europeu de Investimento.

## Debêntures públicas e privadas e Títulos conversíveis e não conversíveis em ações

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Oi	10ª	R\$ 1.500 milhões	2019	1.586.201	1.604.207	1.586.201	1.604.207
Oi	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.312.583	2.262.961	2.312.583	2.262.961
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.421.275	2.350.976	2.421.275	2.350.976
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.016.679	1.039.569	1.016.679	1.039.569
Oi	5ª (1ª série) (i)	R\$ 1.754 milhões	2014		1.792.259		1.792.259
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2020	328.842	320.088	328.842	320.088
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			46.281	44.180
<b>Debêntures públicas</b>				<b>7.665.580</b>	<b>9.370.060</b>	<b>7.711.861</b>	<b>9.414.240</b>
Oi	8ª	R\$ 2.500 milhões	2016		189.966		
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	891.431	872.698		
<b>Debêntures privadas</b>				<b>891.431</b>	<b>1.062.664</b>		
PTIF		€1.000 milhões	2020			3.152.273	
PTIF		€750 milhões	2018			2.383.580	
PT Portugal		€400 milhões	2016			1.252.249	
PTIF		€600 milhões	2016			1.924.215	
PTIF		€750 milhões	2019			2.426.497	
PTIF		€250 milhões	2017			810.303	
PTIF		€500 milhões	2025			1.567.926	
PTIF		€500 milhões	2017			1.582.948	
<b>Títulos não conversíveis em ações (ii)</b>						<b>15.099.991</b>	

Sigla:

PTIF – Portugal Telecom International Finance B.V.

(i) Em abril de 2014, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.754 milhões correspondentes à 1ª série da 5ª emissão de debêntures da Oi S.A.

(ii) Todos os empréstimos em títulos não conversíveis em ações das empresas do Grupo PT Portugal foram emitidos em anos anteriores a 2014.

Em 28 de agosto de 2014, a Portugal Telecom International Finance B.V. amortizou integralmente o montante de 750 milhões de Euros dos títulos conversíveis em ações emitidos em 2007.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

## **Programas de papel comercial**

A PT Portugal celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 404,5 milhões de Euros (R\$ 1.220 milhões) em 30 de junho de 2014, acrescido de juros provisionados, com maturidade entre julho e novembro de 2014.

Durante o terceiro trimestre de 2014, a PT Portugal realizou emissões de papel comercial no montante total de 249,5 milhões de Euros, tendo reembolsado um montante total de 257,8 milhões de Euros durante o mesmo período.

## **Garantias**

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 4.995 milhões.

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “Notes”, “Exchangeable Bonds” e contratos de financiamento vigentes da PT Portugal e Portugal Telecom International Finance B.V passaram a contar com a garantia da Oi, com exceção das emissões de papel comercial da PT Portugal.

## **“Covenants”**

A Companhia e suas controladas TMAR, Oi Móvel e PT Portugal possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES das controladas, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2014 todos os índices foram cumpridos.

Em conexão com a combinação de negócios entre a Companhia e a PT (Nota 1), a Companhia continua cumprindo seus “covenants” financeiros nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos em 30 de setembro de 2014.

## **Linhas de crédito contratadas e não utilizadas**

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.



## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>				
Contratos de "swap" - cambial	1.471.363	1.073.000	2.090.336	1.631.015
Contratos de "swap" - taxa de juros	3.514	6.080	88.598	118.264
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	251.686	276.991	271.875	323.900
<b>Total</b>	<b>1.726.563</b>	<b>1.356.071</b>	<b>2.450.809</b>	<b>2.073.179</b>
Circulante	254.187	283.071	414.858	452.234
Não circulante	1.472.376	1.073.000	2.035.951	1.620.945
<b>Passivos</b>				
Contratos de "swap" - cambial	275.207	217.601	383.300	355.456
Contratos de "swap" - taxa de juros	121.375	171.890	131.448	197.187
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	11.491	13.565	14.665	14.008
<b>Total</b>	<b>408.073</b>	<b>403.056</b>	<b>529.413</b>	<b>566.651</b>
Circulante	373.726	309.532	468.706	409.851
Não circulante	34.347	93.524	60.707	156.800

## 19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
SMP			1.233.980	1.484.407
Concessões do STFC	29.974		93.110	
<b>Total</b>	<b>29.974</b>		<b>1.327.090</b>	<b>1.484.407</b>
Circulante	29.974		634.432	457.173
Não circulante			692.658	1.027.234

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014		2.993
2015	29.974	699.327
2016		604.829
2017		17.342
2018 a 2019		2.599
<b>Total</b>	<b>29.974</b>	<b>1.327.090</b>

## 20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	973.913	565.565	1.534.255	1.108.435
REFIS II - PAES	4.336	4.336	7.345	11.869
<b>Total</b>	<b>978.249</b>	<b>569.901</b>	<b>1.541.600</b>	<b>1.120.304</b>
Circulante	56.177	52.838	98.585	100.302
Não circulante	922.072	517.063	1.443.015	1.020.002

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros – incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/09/2014				31/12/2013
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	807.034	20.794	292.060	1.119.888	610.313
Imposto de renda	47.324	3.789	91.847	142.960	186.882
PIS	22.291	1.066	34.670	58.027	80.575
INSS – SAT	(8.553)	2.229	33.477	27.153	43.204
Contribuição social	16.351	1.638	21.687	39.676	50.679
CPMF	17.014	1.689	19.193	37.896	35.471
Outros	45.791	5.823	64.386	116.000	113.180
<b>Total</b>	<b>947.252</b>	<b>37.028</b>	<b>557.320</b>	<b>1.541.600</b>	<b>1.120.304</b>

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	24.254	38.212
2015	97.016	152.888
2016	97.016	152.888
2017	97.016	152.888
2018	97.016	152.888
2019 a 2021	291.049	458.664
2022 a 2025	274.882	433.172
<b>Total</b>	<b>978.249</b>	<b>1.541.600</b>

O aumento do saldo objeto de parcelamento verificado no trimestre reflete a atualização monetária dos saldos já parcelados e o refinanciamento de novos débitos de acordo com os termos e condições estabelecidos pela Lei nº 11.941/2009 e alterações promovidas pela Lei nº 12.996/2014.

## 21. PROVISÕES

### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Trabalhista</b>				
Horas extras	235.372	246.841	464.859	474.910
Indenizações	66.115	73.511	153.117	150.612
Adicionais diversos	51.017	57.145	126.212	128.765
Estabilidade / Reintegração	65.088	74.632	120.392	120.863
Complemento de aposentadoria	48.773	43.363	81.726	75.048
Diferenças salariais	28.331	33.668	51.882	56.997
Honorários advocatícios/periciais	16.954	20.439	28.779	30.969
Verbas rescisórias	6.182	8.428	21.320	24.945
Multas trabalhistas	3.799	4.201	15.916	16.758
FGTS	5.372	6.345	9.333	10.723
Vínculo empregatício	189	380	5.493	5.467
Subsidiariedade	958	1.262	1.761	2.292
Demais ações	23.064	26.233	53.528	43.925
<b>Total</b>	<b>551.214</b>	<b>596.448</b>	<b>1.134.318</b>	<b>1.142.274</b>
<b>Tributária</b>				
ICMS	119.287	124.594	379.549	361.540
FUST / FUNTTEL				147.350
IR			70.637	
ISS	534	1.629	70.069	67.350
ILL			20.509	19.998
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	3.473	3.024	31.305	12.462
Demais ações	2.278	1.584	71.523	31.672
<b>Total</b>	<b>125.572</b>	<b>130.831</b>	<b>643.592</b>	<b>640.372</b>
<b>Cível</b>				
Societário	1.572.040	2.062.709	1.572.040	2.062.709
Estimativas ANATEL	219.014	210.118	586.749	557.960
Multas ANATEL	103.374	96.572	500.278	487.548
Juizado Especial	119.929	48.720	254.366	137.859
Demais ações	203.254	286.354	567.838	587.595
<b>Total</b>	<b>2.217.611</b>	<b>2.704.473</b>	<b>3.481.271</b>	<b>3.833.671</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>2.894.397</b>	<b>3.431.752</b>	<b>5.259.181</b>	<b>5.616.317</b>
Circulante	824.065	770.294	1.524.441	1.223.526
Não circulante	2.070.332	2.661.458	3.734.740	4.392.791

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhista	515.704	467.388	1.004.250	877.287
Tributária	5.744.282	5.097.600	19.652.658	17.995.906
Cível	364.479	343.943	1.383.808	1.037.903
<b>Total</b>	<b>6.624.465</b>	<b>5.908.931</b>	<b>22.040.716</b>	<b>19.911.096</b>

### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>596.448</b>	<b>130.831</b>	<b>2.704.473</b>	<b>3.431.752</b>
Atualização monetária	49.998	6.748	55.354	112.100
Adições / (Reversões)	(26.571)	(7.889)	(118.817)	(153.277)
Baixas por pagamentos / encerramentos	(68.661)	(4.118)	(423.399)	(496.178)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>551.214</b>	<b>125.572</b>	<b>2.217.611</b>	<b>2.894.397</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>1.142.274</b>	<b>640.372</b>	<b>3.833.671</b>	<b>5.616.317</b>
Aquisição de investimentos - PT Portugal	7.471	86.198	48.040	141.709
Atualização monetária	122.197	(34.574)	95.725	183.348
Adições / (Reversões) (i)	38.354	2.835	142.744	183.933
Baixas por pagamentos / encerramentos	(176.012)	(51.703)	(639.117)	(866.832)
Atualização cambial	34	595	212	841
Passivos sobre ativos mantidos para venda		(131)	(4)	(135)
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>1.134.318</b>	<b>643.592</b>	<b>3.481.271</b>	<b>5.259.181</b>

(i) Em setembro de 2014, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis – societários relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 374.869 na controladora e no consolidado, referentes a períodos anteriores.

Certas adições / (reversões) de provisões para contingências foram registradas em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e incluem R\$ 354.869 (Nota 5) de reversão dos processos cíveis relacionados aos contratos de participação financeira, e R\$ 46.347 relacionados a outras despesas com provisão para contingências.

### Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014 corresponde a R\$ 5.942.029 (31/12/2013 - R\$ 5.370.896) na controladora e R\$ 16.060.671 (31/12/2013 - R\$ 15.498.243) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

#### Aumento do capital social em função da combinação de negócios da Oi S.A. e PT

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 13.959.900 (sendo R\$ 8.250 milhões em espécie e R\$ 5.710 milhões através de ativos da PT (Nota 1)), mediante a emissão e subscrição de 2.262.544.570 ações ordinárias e 4.525.089.141 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### Aumento do capital social mediante capitalização de reservas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 7.111, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de lucros, com o objetivo de incorporar ao capital social o valor do incentivo fiscal de reinvestimento do ano-calendário de 2008, devendo a matéria ser encaminhada oportunamente para AGE da Companhia para deliberação sobre a alteração do art. 5º do Estatuto Social.

Como consequência das alterações acima, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 21.438.220 (31/12/2013 - R\$ 7.471.209), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2014	31/12/2013
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	2.861.553	599.009
Ações preferenciais	5.723.167	1.198.078
<b>Total</b>	<b>8.584.720</b>	<b>1.797.087</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	84.251	84.251
Ações preferenciais	72.808	72.808
<b>Total</b>	<b>157.059</b>	<b>157.059</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	2.777.302	514.758
Ações preferenciais	5.650.359	1.125.270
<b>Total em circulação</b>	<b>8.427.661</b>	<b>1.640.028</b>

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

**(b) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria na data de 30 de setembro de 2014 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012 e do segundo trimestre de 2014, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuado pela PT em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).

**(c) Reservas de capital**

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

**(d) Reservas de lucros**

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2013 no montante de R\$ 1.493.015 para a constituição de reserva de investimentos.

**(f) Custo de emissões de ações**

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados às transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a PT (Nota 1) e (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

**(g) Outros resultados abrangentes**

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos

de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Custo de emissão de ações</b>	<b>Variação de porcentagem de participação</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>(91.531)</b>	<b>(56.547)</b>	<b>3.916</b>	<b>(144.162)</b>
Custo de emissão de ações		(200.245)		(200.245)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	91.582			91.582
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	10.041			10.041
Perda atuarial	(36.316)			(36.316)
Perda atuarial reflexa	(644.890)			(644.890)
Variação cambial sobre investimento no exterior	35.286			35.286
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	84.584			84.584
Outros resultados abrangentes	30.744			30.744
<b>Saldos em 30/09/2014</b>	<b>(520.500)</b>	<b>(256.792)</b>	<b>3.916</b>	<b>(773.376)</b>

#### **(h) Lucro por ação básico e diluído**

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do período disponível para os mesmos.

##### **Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

##### **Diluído**

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.



A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2014	Período de nove meses findos em 30/09/2014	Período de três meses findos em 30/09/2013	Período de nove meses findos em 30/09/2013
<b>Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>7.642</b>	<b>14.296</b>	<b>172.268</b>	<b>310.353</b>
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	2.518	4.681	54.070	97.411
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	5.124	9.615	118.198	212.942
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	2.777.303	1.771.727	514.758	514.758
Ações preferenciais – básicas e diluídas	5.650.359	3.639.208	1.125.270	1.125.270
<b>Lucro por ação (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,001	0,003	0,11	0,19
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,001	0,003	0,11	0,19

## 23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 25 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2014, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estavam relacionadas com fundos de pensão no Brasil e também em Portugal, na sequência da combinação de negócios com a PT concluída em 5 de maio de 2014.

	Brasil	Portugal	Total
<b>Ativos atuariais</b>	<b>53.967</b>	<b>5.785</b>	<b>59.752</b>
Circulante	4.098		4.098
Não circulante	49.869	5.785	55.654
<b>Passivos atuariais</b>	<b>611.212</b>	<b>3.323.704</b>	<b>3.934.916</b>
Circulante	112.544		112.544
Não circulante	498.668	3.323.704	3.822.372

### (a) Fundos de pensão no Brasil

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2014.

<b>Planos de benefícios</b>	<b>Empresas patrocinadoras</b>	<b>Gestor</b>
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

As obrigações no balanço em 30 de setembro de 2014 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2013, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”, ajustadas por custos com benefícios de aposentadoria e pagamentos de benefícios no período e pelas perdas atuariais apuradas em 30 de setembro de 2014 relacionadas com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos fundos e com o impacto da revisão das taxas de desconto utilizadas para desconto das obrigações atuariais. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2013 e em 30 de setembro de 2014 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	8,9%	8,9%	8,9%	8,9%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

	CONSOLIDADO			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,5%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	8,9%	8,9%	8,9%	8,9%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2014:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>643.063</b>	<b>643.562</b>
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	51.757	51.836
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	39.101	39.101
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(123.287)	(123.287)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2014</b>	<b>610.634</b>	<b>611.212</b>

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2014:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>67.086</b>	<b>69.793</b>
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	58.146	58.346
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(52.750)	(52.750)
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(15.923)	(15.923)
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(4.994)	(5.499)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2014</b>	<b>51.565</b>	<b>53.967</b>

**(b) Fundos de pensão em Portugal**

A PT Comunicações e a PT SI patrocinam planos de benefícios definidos, os quais garantem o pagamento de complementos de pensões e aposentadoria a empregados aposentados e ativos, o pagamento de auxílio saúde a empregados aposentados e familiares elegíveis e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-aposentados até à idade da aposentadoria.

As obrigações no balanço em 30 de setembro de 2014 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2013, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”, ajustadas por custos com benefícios de aposentadoria e pagamentos de benefícios no período e pelas perdas atuariais apuradas em 30 de setembro de 2014 relacionadas com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos fundos e com o impacto da revisão das taxas de desconto utilizadas para desconto das obrigações atuariais. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2013 e em 30 de setembro de 2014 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	30/09/2014	05/05/2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial		
Complementos de pensões	2,00%	3,00%
Cuidados de saúde	2,50%	4,00%
Salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados	0,75%	2,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado para responsabilidades com:		
Complementos de pensões e cuidados de saúde	1,75%	1,75%
Salários de suspensos e pré-aposentados	0% - 1,75%	0% - 1,75%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Indexado a PIB	Indexado a PIB
Taxa estimada de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	PA (90) ajustada	PA (90) ajustada

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com complementos de pensão e aposentadoria, auxílio saúde e salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados durante o período entre 5 de maio e 30 de setembro de 2014:

	Complementos de aposentadoria	Cuidados de saúde	Salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados	Total de responsabilidades com benefícios de aposentadoria
<b>Valor presente da obrigação atuarial em 5 de maio de 2014</b>	<b>363.898</b>	<b>1.157.889</b>	<b>2.456.347</b>	<b>3.978.133</b>
Juros sobre obrigações atuariais	4.048	18.580	19.148	41.776
Custo do serviço corrente	617	4.270		4.887
Custos com redução de efetivos	2.148	2.148	86.552	90.848
Alteração de benefícios no plano de saúde		(156.920)		(156.920)
Benefícios pagos pelas patrocinadoras	(1.807)	(26.004)	(198.505)	(226.317)
Benefícios pagos pelos fundos	(18.868)			(18.868)
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora				
Perdas atuariais incluídas em outros resultados abrangentes		239.284	124.936	364.220
Ajustamentos de conversão cambial	1.496	7.680	13.026	22.203
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do período</b>	<b>351.532</b>	<b>1.246.927</b>	<b>2.501.504</b>	<b>4.099.962</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano em 5 de maio de 2014</b>	<b>301.124</b>	<b>994.620</b>		<b>1.295.744</b>
Rendimento real dos ativos do plano	7.952	(462.656)		(454.703)
Rendimento estimado dos ativos do plano	3.420	15.175		18.594
Perdas atuariais incluídas em outros resultados abrangentes (i)	4.532	(477.831)		(473.297)
Benefícios pagos pelos fundos	(18.868)			(18.868)
Reembolsos realizados pelos fundos		(34.790)		(34.790)
Ajustamentos de conversão cambial	1.252	(6.590)		(5.339)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período (ii)</b>	<b>291.460</b>	<b>490.584</b>		<b>782.044</b>
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>	<b>60.072</b>	<b>756.343</b>	<b>2.501.504</b>	<b>3.317.918</b>

(i) Estas perdas atuariais refletem fundamentalmente a desvalorização do investimento em ações do Banco Espírito Santo (“BES”) desde 5 de maio de 2014, no montante de R\$ 423 milhões, em resultado da reorganização societária do BES anunciada em 3 de agosto de 2014 pela qual os atuais acionistas passaram a deter ações numa entidade com ativos não relacionados com a atividade bancária e sem cotação de mercado.

(ii) O fundo de cuidados de saúde, que foi constituído em 2004 para cobrir as responsabilidades com o plano de saúde é administrado de forma independente pela PT Prestações de acordo com uma política de investimentos e inclui ações, obrigações e outros investimentos. Em 30 de setembro de 2014, a exposição total desses investimentos aos fundos de capital geridos pela Global Investment Opportunities SICAV da Rocha dos Santos Holding montava a R\$ 246 milhões.

### (c) Participações dos empregados nos lucros

No período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia e suas controladas localizadas no Brasil, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 46.912 na controladora e R\$ 140.657 no consolidado. Adicionalmente, no mesmo período a PT Portugal e suas controladas registraram provisões para prêmios de desempenho no montante total de R\$ 49.064.

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios são avaliados de acordo com o desempenho das empresas do grupo por meio de dois segmentos operacionais: (a) Telecomunicações no Brasil e (b) Telecomunicações em Portugal.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações em Portugal" inclui as empresas PT Comunicações (rede fixa), Meo, S.A. (rede móvel), PT Cloud e PT Data Center. Além do segmento reportado, a PT Portugal possui outros negócios que não apresentam individualmente ou em conjunto indicadores quantitativos que requeiram à divulgação como segmento de negócio. Esses negócios estão representados principalmente pelas seguintes empresas: (i) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom que prestam serviços de telefonia fixa e telefonia móvel e (ii) algumas empresas portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, principalmente relacionado a PT – Sistemas de Informação, PT Inovação, PT Pro Serviços Administrativos e Gestão Partilhados e PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas e estão segregados conforme abaixo para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 no caso do segmento de telecomunicações no Brasil e apenas para o período entre 5 de maio e 30 de setembro de 2014 no caso do segmento de telecomunicações em Portugal:

## Composição do resultado operacional por segmento de negócio

	Telecomunicações no Brasil		Telecomunicações em Portugal	
	Períodos de três meses findos em			
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita de vendas e/ou serviços	6.737.528	7.099.083	1.833.471	
Despesas operacionais				
Depreciação e amortização	(1.102.869)	(1.091.809)	(530.763)	
Interconexão	(627.142)	(906.837)	(174.241)	
Pessoal	(673.693)	(676.175)	(188.335)	
Serviços de terceiros	(1.540.663)	(1.560.279)	(482.564)	
Serviços de manutenção de rede	(481.444)	(580.197)	(47.740)	
Custo de aparelhos e outros	(171.314)	(95.576)	(74.746)	
Publicidade e propaganda	(198.365)	(117.546)	(30.415)	
Aluguéis e seguros	(763.033)	(566.225)	(57.939)	
Provisões / Reversões	(136.810)	(201.983)	1.442	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(140.098)	(201.231)	(13.532)	
Tributos e outras receitas (despesas)	(432.095)	(228.912)	(31.644)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	561.151	173.000	68.524	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.031.153	1.045.313	271.518	

	Telecomunicações no Brasil		Telecomunicações em Portugal	
	Períodos de nove meses findos em			
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receita de vendas e/ou serviços	20.548.947	21.213.314	3.068.100	
Despesas operacionais				
Depreciação e amortização	(3.257.713)	(3.195.170)	(890.141)	
Interconexão	(2.053.984)	(3.061.013)	(289.692)	
Pessoal	(2.041.033)	(1.885.175)	(313.819)	
Serviços de terceiros	(4.558.072)	(4.591.358)	(789.160)	
Serviços de manutenção de rede	(1.392.453)	(1.802.032)	(67.723)	
Custo de aparelhos e outros	(446.728)	(380.267)	(114.424)	
Publicidade e propaganda	(500.647)	(406.300)	(50.256)	
Aluguéis e seguros	(2.333.120)	(1.587.138)	(98.878)	
Provisões / Reversões	(494.101)	(518.891)	1.814	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(516.547)	(806.236)	(27.003)	
Tributos e outras receitas (despesas)	(1.294.723)	(976.579)	(59.484)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.886.680	872.945	68.526	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	3.546.506	2.876.100	437.860	

**Reconciliação do resultado antes do resultado financeiro e tributos por segmento com o resultado consolidado**

	Períodos de três meses findos	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS, RELATIVO AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO</b>		
Telecomunicações no Brasil	1.031.153	1.045.313
Telecomunicações em Portugal	271.518	
Outros negócios	(423)	
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>1.302.248</b>	<b>1.045.313</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	389.474	237.513
Despesas financeiras	(1.627.524)	(1.055.583)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>64.198</b>	<b>227.243</b>
Imposto de renda e contribuição social	(59.243)	(54.975)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>4.955</b>	<b>172.268</b>
Lucro líquido atribuído ao acionista controlador	7.642	172.268
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	(2.687)	

	Períodos de nove meses findos	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS, RELATIVO AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO</b>		
Telecomunicações no Brasil	3.546.506	2.876.100
Telecomunicações em Portugal	437.860	
Outros negócios	(5.931)	
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>3.978.435</b>	<b>2.876.100</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	1.067.685	879.762
Despesas financeiras	(4.740.594)	(3.329.440)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>305.526</b>	<b>426.422</b>
Imposto de renda e contribuição social	(290.543)	(116.069)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>14.983</b>	<b>310.353</b>
Lucro líquido atribuído ao acionista controlador	14.296	310.353
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	687	



Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas na visão segmentada por cliente:

#### Telecomunicações no Brasil

	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	2.450.698	2.564.461
Mobilidade pessoal	2.180.476	2.329.622
Empresarial / Corporativo	2.039.354	2.105.608
Outros serviços	67.000	99.392
<b>Total das receitas do segmento telecomunicações no Brasil</b>	<b>6.737.528</b>	<b>7.099.083</b>

	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	7.522.494	7.697.219
Mobilidade pessoal	6.577.856	6.901.106
Empresarial / Corporativo	6.226.534	6.338.025
Outros serviços	222.063	276.964
<b>Total das receitas do segmento telecomunicações no Brasil</b>	<b>20.548.947</b>	<b>21.213.314</b>

#### Telecomunicações em Portugal

	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	526.189	
Mobilidade pessoal	489.199	
Empresarial / Corporativo	549.792	
Outros serviços	268.291	
<b>Total das receitas do segmento telecomunicações em Portugal</b>	<b>1.833.471</b>	

	Períodos de cinco meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	880.186	
Mobilidade pessoal	804.489	
Empresarial / Corporativo	936.873	
Outros serviços	446.552	
<b>Total das receitas do segmento telecomunicações em Portugal</b>	<b>3.068.100</b>	

#### **Reconciliação das receitas consolidadas com as receitas dos segmentos**

	Períodos de três meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Receitas relativas aos segmentos reportados	8.570.999	7.099.083
Receitas relativas a outros negócios (i)	480.717	
Eliminações	(210.013)	
<b>Total das receitas</b>	<b>8.841.703</b>	<b>7.099.083</b>

	Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2014	30/09/2013
Receitas relativas aos segmentos reportados	23.617.047	21.213.314
Receitas relativas a outros negócios (i)	879.258	
Eliminações	(428.857)	
<b>Total das receitas</b>	<b>24.067.448</b>	<b>21.213.314</b>

(i) Representados principalmente pelas empresas MTC, Cabo Verde Telecom, Timor Telecom e algumas empresas portuguesas de suporte ao negócio.

A controlada PT Portugal e suas subsidiárias foram incorporados na Oi S.A. a partir de maio de 2014 (Nota 1), sendo os resultados apresentados no relatório de segmentos relativos aos meses de maio a setembro de 2014 e, consequentemente, não apresentam base de comparação.

### Composição dos ativos e passivos por segmento geográfico

O total do ativo, passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por segmento geográfico, e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis, são apresentados como segue:

	30/09/2014				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	79.163.701	55.792.466	25.555.188	14.482.529	4.036.475
Portugal	21.511.490	25.217.908	10.241.388	4.987.922	385.976
Outros, principalmente África	7.127.124	706.671	122.794	57.705	67.548

## 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>683.333</b>	<b>422.863</b>
BrT Call Center	16.414	5.278
BrTI	8.410	7.281
Oi Internet	2.359	7.019
BrT Multimídia	6.114	2.747
Oi Móvel	491.320	284.754
TMAR	148.735	110.323
Telemar Internet	8.818	2.705
TNL PCS		2.756
PT	1.163	
<b>Créditos com partes relacionadas</b>	<b>3.076.623</b>	<b>228.269</b>
TMAR	742.467	190.976
BrT Call Center	6.204	35.618
BrT Multimídia		69
BrTI		1.606
Oi Móvel	109	
PTIF (i)	2.327.843	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	<b>326.632</b>	<b>673.508</b>
TMAR	322.688	672.522
Oi Serviços Financeiros	3.944	986
<b>Outros</b>	<b>222.044</b>	<b>214.142</b>
TMAR	57.805	68.022
TNL PCS		11.316
BrT Call Center	37.242	37.242
BrTI	266	266
Oi Internet	31	241
BrT Multimídia	48.200	37.358
Oi Móvel	78.500	59.697

- (i) Em agosto de 2014, a PTIF emitiu títulos (“Notes”) no montante total de € 750.000, com vencimento em 2015 a uma taxa de remuneração de Euribor 6M + 2,5% a.a. Os títulos foram comprados integralmente pela Companhia.

	CONTROLADORA	
	30/09/2014	31/12/2013
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>352.616</b>	<b>640.874</b>
BrT Call Center	154.057	156.860
Oi Internet	965	295
BrT Multimídia	80.158	50.789
Oi Móvel	64.954	137.106
TMAR	41.773	220.239
TNL PCS		71.306
Telemar Internet		2.071
Paggo Administradora	10.321	2.208
PT	332	
PT Inovação e Sistemas	56	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>3.672.799</b>	<b>4.203.834</b>
Oi Móvel	1.751	664.498
Oi Holanda	3.671.048	3.539.336
<b>Debêntures</b>	<b>891.431</b>	<b>1.062.664</b>
TMAR	891.431	1.062.664
<b>Demais obrigações</b>	<b>70.904</b>	<b>81.893</b>
BrT Call Center	411	411
BrTI		24.915
Oi Internet	30	30
BrT Multimídia	55.867	37.196
Oi Móvel	14.558	13.247
TNL PCS		5.952
TMAR	38	142

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>158.516</b>	<b>118.608</b>
BrTI	860	49
BrT CS		(10)
Oi Internet	(96)	1.636
BrT Multimídia	5.401	3.472
Oi Móvel	120.896	72.123
TMAR	28.352	31.124
Telemar Internet	1.068	370
TNL PCS		9.844
PT	2.035	
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>12.895</b>	<b>10.998</b>
BrT Call Center	2.954	1.889
Oi Internet		
BrT Multimídia	599	72
Oi Móvel	9.342	9.037
<b>Receitas financeiras</b>	<b>34.947</b>	<b>18.761</b>
BrT Call Center	12	379
Oi Móvel	11.760	1.946
BrTI		38
BrT Multimídia		2
TNL PCS		2.217
TMAR	16.882	14.179
PT	6.293	

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>388.935</b>	<b>376.184</b>
BrTI	1.867	2.259
BrT CS		51
Oi Internet	1.856	4.608
BrT Multimídia	11.904	7.793
Oi Móvel	283.641	246.011
TMAR	81.493	84.539
Telemar Internet	1.709	1.300
TNL PCS	3.855	29.623
PT	2.610	
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>36.430</b>	<b>37.015</b>
BrT Call Center	6.963	7.019
Oi Internet	1	585
BrT Multimídia	1.499	1.474
Oi Móvel	27.967	27.937
<b>Receitas financeiras</b>	<b>90.294</b>	<b>52.579</b>
BrT Call Center	651	471
Oi Móvel	29.352	6.894
BrTI	91	96
BrT Multimídia	4	2
TNL PCS	3.738	7.025
TMAR	50.165	38.091
PT	6.293	

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(418.867)</b>	<b>(393.361)</b>
BrT CS		(21.708)
BrT Multimídia	(13.888)	(9.788)
Oi Móvel	(195.940)	(176.318)
TMAR	(18.579)	(19.434)
TNL PCS		(30.921)
Pointer Networks		(36)
Paggo Administradora	(4.920)	(416)
Telemar Internet		(2.198)
BrT Call Center	(185.575)	(132.190)
Oi Internet	315	(352)
PT	(224)	
PT Inovação e Sistemas	(56)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(56.552)</b>	<b>(60.680)</b>
Oi Móvel	(53)	(5.611)
TMAR	(24.824)	(23.910)
Oi Holanda	(31.675)	(31.159)

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2014	30/09/2013
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(962.523)</b>	<b>(1.137.670)</b>
BrT CS		(59.440)
BrT Multimídia	(30.219)	(29.192)
Oi Móvel	(450.439)	(540.172)
TMAR	(55.363)	(58.632)
TNL PCS	(8.323)	(85.315)
Pointer Networks		(2.905)
Paggo Administradora	(8.227)	(1.364)
Telemar Internet		(6.313)
BrT Call Center	(409.092)	(353.242)
Oi Internet	(139)	(1.095)
PT	(665)	
PT Inovação e Sistemas	(56)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(197.169)</b>	<b>(198.944)</b>
Oi Móvel	(34.387)	(14.389)
TMAR	(73.345)	(63.624)
Oi Holanda	(89.437)	(87.199)
TNL PCS		(33.732)

### Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas no Brasil têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2013 – 115% do CDI). Para informações a respeito do crédito da Companhia com a PTIF, vide item (i) na tabela de “Transações com partes relacionadas consolidadas”.

### Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

### Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR, Oi Móvel, PT Portugal e PTIF em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2014, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 53.365 (30/09/2013 - R\$ 48.570). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de setembro de 2014, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 284 (30/09/2013 – R\$ 327).

## Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Contas a receber e outros ativos</b>		<b>1.179</b>	<b>1.465.687</b>	<b>19.237</b>
PT		917		10.272
Unitel (i)			1.273.502	1.855
Contax		262	3.270	6.540
TODO			26	570
Multitel (ii)			19.854	
PT-ACS			5.314	
Fundação PT			4.422	
Sportinvest Multimédia (iii)			101.220	
Siresp (iv)			3.670	
Fibrogloba (v)			47.032	
Yunit (vi)			7.377	

- (i) Esta rubrica inclui dividendos a receber pela PT Ventures da referida subsidiária, no montante de R\$ 1.166 milhões e contas a receber relativas a serviços prestados no montante de R\$ 48,2 milhões.
- (ii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 2,8 milhões.
- (iii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 101 milhões. Foram reconhecidas, no passado, provisões no montante total de R\$ 25 milhões, relativamente a estes financiamentos.
- (iv) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 3,6 milhões.
- (v) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 42,6 milhões.
- (vi) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 6,9 milhões.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>Contas a pagar e outros</b>	<b>3.916</b>	<b>7.195</b>	<b>55.053</b>	<b>57.626</b>
PT		130		2.006
Unitel			2.821	
Contax		2	31.840	27.625
TODO	3.729	5.053	5.014	19.692
Ability			8	
PT Inovação e Sistemas		1.697		7.384
Veotex	187	313	503	919
Multitel			168	
PT-ACS			7.718	
Fundação PT			1	
Sportinvest Multimédia			378	
Siresp			12	
Fibrogloba			5.530	
Yunit			1.060	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>337</b>	<b>658</b>	<b>38.972</b>	<b>11.873</b>
PT		419		2.778
Unitel			12.133	193
Contax	337	239	8.572	8.040
TODO			351	676
Ability				186
Multitel			1.049	
PT-ACS			552	
Sportinvest Multimédia			100	
Siresp			11.491	
Fibroglobal			944	
Fundação PT			3.780	

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>2.733</b>	<b>1.820</b>	<b>130.346</b>	<b>34.270</b>
PT	2.011	1.231	59.936	8.457
Unitel			19.530	610
Contax	722	574	21.556	22.773
TODO		15	785	1.772
Ability				658
Multitel			1.844	
PT-ACS			552	
Sportinvest Multimédia			173	
Siresp			20.552	
Fibroglobal			1.638	
Fundação PT			3.780	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(4.614)</b>	<b>(5.130)</b>	<b>(32.648)</b>	<b>(20.763)</b>
PT		(55)		(622)
Unitel			(8.204)	
Multitel			(339)	
Sportinvest Multimédia			(669)	
Fibroglobal			(10.974)	
PT Inovação e Sistemas				(2.026)
PT Comunicações				(466)
Veotex	(521)	(452)	(2.546)	(2.463)
TODO	(4.093)	(4.623)	(7.533)	(7.630)
Ability				(7.556)
PT-ACS			(2.383)	



	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(14.577)</b>	<b>(16.682)</b>	<b>(81.718)</b>	<b>(67.599)</b>
PT	(664)	(175)	(25.066)	(1.773)
Unitel			(8.204)	
Multitel			(339)	
Sportinvest Multimídia			(669)	
Fibroglobal			(10.974)	
PT Inovação e Sistemas	(58)		(1.442)	(5.144)
PT Cloud e Data				(375)
PT Comunicações			(782)	(624)
Veotex	(1.426)	(1.363)	(7.597)	(7.383)
TODO	(12.429)	(15.144)	(22.758)	(28.112)
Ability				(24.188)
PT-ACS			(3.887)	

### Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de setembro de 2014 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 51.694 (30/09/2013 – R\$ 52.637) na controladora e de R\$ 1.185.485 (30/09/2013 – R\$ 1.199.945) no consolidado.

### Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 5,099% (31/12/2013 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “holding” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 1.007 milhões (31/12/2013 – R\$ 860 milhões), na controladora e R\$ 6.002 milhões (31/12/2013 – R\$ 5.916 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 52 milhões (30/09/2013 – R\$ 110 milhões) na controladora e R\$ 356 milhões (30/09/2013 – R\$ 350 milhões) no consolidado.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 10.537 na controladora e R\$ 10.654 no consolidado (30/09/2013 – R\$ 12.154 na controladora e no consolidado).

## **26. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **Transferência de torres móveis**

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 24 de junho de 2014, a Companhia firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 1.641 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo montante global aproximado de R\$ 1,2 bilhão. A conclusão da transação está prevista para ocorrer em dezembro 2014.

### **Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado**

A partir do dia 18 de abril de 2014, passou a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e a sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,65%, tarifas de interconexão local (TU-RL) em 10,69%, a partir do dia 17 de abril de 2014, e reajuste do valor do crédito para utilização dos Telefones de uso Público em 0,40%.

### **Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A.**

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas com o objetivo de viabilizar uma proposta para a aquisição da participação detida indiretamente pela Telecom Italia SpA na TIM Participações S.A..

### **Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. ("Africatel"), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG ("Africatel GmbH"), detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações ("Put") por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio passado (Nota 1).

Conforme divulgado na nota 1 “Riscos relacionados à participação detida na Unitel”, a Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, o que, de acordo com o acordo de acionistas da Africatel, poderá levar ao início de uma arbitragem para a resolução futura de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, uma eventual arbitragem se tornará desnecessária.

Em conformidade com o CPC 31/IFRS 5, a Companhia classificou o grupo de ativos e de passivos das operações em África como ativos não circulantes mantidos para a venda e passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda, respectivamente, nas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2014. As principais classes desses ativos e passivos classificados como mantidos para venda, incluindo alguns ativos no Brasil, estão demonstradas abaixo:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2014	30/09/2014
<b>Ativos das operações em África mantidos para venda:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa		138.608
Contas a receber		158.867
Dividendos a receber da Unitel		1.165.702
Investimento na Unitel		4.109.690
Intangível		294.903
Imobilizado		360.662
Outros ativos		186.432
<b>Sub-total</b>		<b>6.414.864</b>
Imóveis classificados como mantidos para venda no Brasil	24.508	118.527
<b>Total</b>	<b>24.508</b>	<b>6.533.391</b>
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda:</b>		
Empréstimos e financiamentos		62.510
Fornecedores		106.137
Impostos diferidos		259.425
Outros passivos		220.101
<b>Total dos passivos</b>		<b>648.173</b>

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas. Com relação ao investimento na Unitel seu valor justo foi determinado em conformidade com os laudos de avaliação dos ativos da PT Portugal, no âmbito da operação de aumento de capital (Nota 1).

### **Títulos da Rio Forte**

Em 30 de junho de 2014, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“PT”) divulgou comunicado relativamente à aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal SGPS S.A. (“PT Portugal”) em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da PT, em virtude da integralização do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de parte dos Títulos, no montante de 847 milhões de Euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento do restante dos Títulos, no valor adicional de 50 milhões de Euros. A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encerrou-se o período de cura para pagamento dos Títulos com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor correspondente.

#### **Termos do acordo celebrados entre a Companhia, Telemar Participações S.A. (“TmarPart” ou “CorpCo”) e a PT relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte**

Em 15 de julho de 2014, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos com a PT, tendo por objeto fixar as bases de um acordo com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos. Em 8 de julho de 2014, nesta data, foram definidos entre Oi e PT os termos que constarão dos contratos definitivos e que seriam submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT.

Em 8 de setembro de 2014, foram aprovados, pela Assembleia Geral de acionistas da PT e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da TmarPart, os termos e condições dos contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os referidos contratos foram celebrados na mesma data, entre a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a PT. Os contratos preveem (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transferirão os Títulos à PT em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia (ou da CorpCo, se após a incorporação de ações da Companhia pela CorpCo, conforme previsto na reorganização societária objeto dos Fatos Relevantes de 1 de outubro de 2013, 20 de fevereiro e 8 de setembro 2014, descrita na Nota 1) e de titularidade da PT, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da PT (“Opção”).

A Companhia protocolou consulta à CVM a respeito da Permuta e da Opção e a sua efetiva implementação está sujeita à manifestação da CVM.

#### **Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças (“Contrato de Permuta”)**

As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta pela qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna (“Permuta”).

Com a implementação da Permuta, a PT passará a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à PT para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias da Oi e dos Títulos à PT, deverá ser realizada no prazo de até três dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Em caso de não aprovação até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumir a Permuta, nos termos previstos nos contratos definitivos.

Em setembro de 2014, o valor de mercado correspondente a totalidade das ações a serem recebidas na operação de permuta, estimado com base em cotação de bolsa da mesma data é de R\$ 2.500 milhões.

### **Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)**

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi (ou do número correspondente de Ações da CorpCo, após a Incorporação de Ações (“Ações Objeto da Opção”)) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi ou a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da CorpCo, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT; (ii) a PT passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

No dia 11 de novembro de 2014 a opção de compra acima mencionada, que se encontra sujeita a aprovação da CVM, apresenta um valor justo estimado de R\$ 411 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

#### **Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da PT**

Além dos contratos definitivos relacionados às aplicações financeiras realizadas nos Títulos, também foram celebrados em 8 de setembro de 2014 aditivos aos contratos firmados em 19 de fevereiro de 2014 e que regulam a Operação, para prever, entre outros temas: (i) a extensão dos prazos para a realização da Operação; (ii) que a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT; e (iii) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio.

Será definida uma nova estrutura de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, passando o primeiro Conselho de Administração da CorpCo a ser eleito em preparação para a sua adesão ao Novo Mercado a ser assim composto: Antônio Gomes Mota, Fernando Magalhães Portella, Fernando Marques dos Santos, Paulo José Lopes Varela, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Rafael Luís Mora Funes, Renato Torres de Faria, Rui Horta e Costa, Sérgio Franklin Quintella, Thomas C. Azevedo Reichenheim e Vitor da Conceição Gonçalves.

#### **Outras informações**

A Companhia ressalta que a celebração dos contratos definitivos de 8 de setembro de 2014 possibilitará que a operação de combinação de negócios e das bases acionárias da Oi e da PT, continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado

da BM&FBovespa, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado e aceleração das sinergias criadas pela transação.

## **27. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Recebimento de Proposta de Aquisição de negócios da PT Portugal**

#### Proposta firme feita pela Altice

A Companhia recebeu, no dia 2 de novembro de 2014, uma proposta firme feita pela Altice S.A. para a compra de ativos da PT Portugal SGPS, S.A. relacionados com suas atividades operacionais (“Alvo”) com base em um valor da empresa (“*enterprise value*”) de 7 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida.

O “*enterprise value*” da proposta considera um “*earn-out*” (pagamento diferido) de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de receitas, além de um “*earn-out*” de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de fluxo de caixa operacional livre. O preço final estará sujeito a ajustes comuns em operações de compra e venda de empresas.

Não fazem parte do Alvo objeto da proposta os investimentos da PT Portugal na Africatel GmbH & Co. KG e Timor Telecom S.A., o endividamento da PT Portugal e os investimentos na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT, sujeita à aprovação pela CVM).

#### Proposta firme feita pela Apax em conjunto com Bain Capital

No dia 11 de novembro de 2014, a Companhia recebeu uma proposta feita pela Apax Partners LLP (“Apax”) em conjunto com Bain Capital LLP (“Bain Capital”), na qualidade de assessores de investimento de Apax VIII fund e Bain Capital Funds para a compra de ativos da PT Portugal SGPS, S.A. (“Alvo”) com base em um valor da empresa (“*enterprise value*”) de 7 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida.

O “*enterprise value*” da proposta considera um “*earn-out*” (pagamento diferido) de 400 milhões de Euros sujeito a geração futura de receitas, além de um “*earn-out*” de 400 milhões de Euros sujeito a geração de EBITDA. O preço final estará sujeito a ajustes comuns em operações de compra e venda de empresas.

Não fazem parte do Alvo objeto da proposta os investimentos da PT Portugal na África, o endividamento da PT Portugal e os investimentos na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a Portugal Telecom SGPS, S.A., sujeita à aprovação pela CVM).

As propostas foram submetidas para análise e decisão do Conselho de Administração da Companhia.

### **Renúncia do Diretor Presidente**

No dia 7 de outubro de 2014, o Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava renunciou ao cargo de Diretor Presidente da Companhia. Nos termos do artigo 30-A do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria, em reunião realizada na referida data, designou o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para acumular suas funções atuais de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores com as funções de Diretor

Presidente, até que o Conselho de Administração da Companhia delibere sobre a indicação de substituto para o cargo.

### **Grupamento de ações**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 15 de outubro de 2014, proposta a ser submetida à AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será convocada para o dia 18 de novembro de 2014, para o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie seja grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também serão objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

A proposta de grupamento tem por objetivo a redução da volatilidade das ações de emissão da Companhia, decorrente do momento em que a cotação das ações no mercado encontra-se reduzida. Com a operação pretende-se proteger a Companhia e seus acionistas das flutuações percentuais resultantes de pequenas alterações na cotação das ações e, ao mesmo tempo, evitar que acionistas, especialmente fundos de investimento estrangeiros, sejam impedidos de investir em ações da Companhia por conta da cotação das ações. Além disso, a proposta de grupamento visa atender aos requisitos do Regulamento de listagem da NYSE que exige, dentre outros requisitos, que o preço médio de fechamento das ações das sociedades nela listadas se mantenha igual ou superior a US\$ 1 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Como resultado do grupamento, as atuais 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passarão a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Uma vez aprovado o grupamento pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia, será concedido prazo de 30 dias, contados da publicação de Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a realização da referida assembleia, para que os acionistas detentores de ações ordinárias ou preferenciais que desejarem possam ajustar suas posições de ações, por espécie, em lotes múltiplos de dez ações, mediante negociação na BM&FBOVESPA, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia com pelo menos uma ação após a efetivação do grupamento.

Transcorrido o prazo de 30 dias para o ajuste das participações pelos acionistas da Companhia, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento serão separadas, agrupadas em números inteiros, e vendidas em tantos leilões quantos forem necessários, a serem realizados oportunamente na BM&FBOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação das frações de ações disponibilizados aos respectivos acionistas, após a liquidação financeira da venda.